



**COMPROMISSOS
PARA A SUPERAÇÃO
DO RACISMO
E DA DISCRIMINAÇÃO
NO BRASIL**



PTDN-APS-SNCA-2009-PAV0001

CI



COMPROMISSOS PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO NO BRASIL





COMPROMISSOS PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO NO BRASIL

Publicação do Partido
de Novembro de 2007

Presidente

Ricardo Berzoini

Comissão

H

Abílio

Cândido

Gleber

Jorge

José

Mário

de Rosa

Paulo

Secretário Nacional de Comunicação

Gleber Nima

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Cida Azeite

Projeto Gráfico e edição

Livro C&M





ÍNDICE

Apresentação	5
Compromissos da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo	9
Objetivos da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo	11
As prioridades de Gestores e Vereadores na Temática Racial	13
Intervenção da SNCR na II Conapir	15
Estatuto da Igualdade Racial – Principais Pontos Aprovados	19
Projetos e Matérias sobre Temática Racial na Câmara dos Deputados	23
Teses	27
Construindo um Novo Brasil	28
Força Negr	34
Democracia Pra Valer	44
Protagonismo Negro	49
Resoluções do Setorial Nacional de Combate ao Racismo Aprovadas pelo Diretório Nacional	63
Coletivo Nacional de Combate ao Racismo	64
Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo	64
Links	64

- Resolução da Executiva para autodeclaração de raça/etnia no PED.
- Resolução da Executiva para realização de campanha nacional que possibilite a visualização da militância negra no partido.

COLETIVO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

ÍNDICE

Maria Aparecida da Silva Abreu - RJ
Secretária Nacional de Combate ao Racismo

Apresentação

Amir Rodrigues - RJ
Compromisso da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Aprieta Dias - AP
Objetivos da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Célia Gonçalves - MG
O papel da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Luiz Braggion - RJ
As prioridades de Gestão e Valorização na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Elisângela de Almeida - RJ
Intervenção da SINCRA no II Congresso Nacional de Políticas de Igualdade Racial

18
Pedro Cavalcante - RJ
Estado da Igualdade Racial - Principais Pontos Avançados

23
Projeto e História sobre Políticas Raciais em Câmaras de Representação

Rita Sales - RJ
Tese

25
Vera Gomes - RJ
Construção em Novo Brasil

26
Formação da FT
Democracia For Valor

27
Não há tarefas organizativas e avanços na construção da

30
Resolução do Conselho Nacional de Combate ao Racismo

31
Aprovada pelo Conselho Nacional

32
Coletivo Nacional de Combate ao Racismo

33
Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo

34
do Combate ao Racismo

35
Adelmo Araújo Leite - PE

36
Antonio Borges - MS

37
Antonio Carlos Nascimento - ES

38
Ivonel Pires de Oliveira - BA

39
Isaiah Alves - GO

40
Raimundo Nonato (Chocolate) - MA

41
Edmundo Oliveira Santos - SE

42
Claudio A. da Silva - SP

43
Reginete Souza Bispo - RS

44
Elmir Braz Alves Mota - MG

45
José Luiz Germano da Silva - RJ

PRINCIPAIS LINKS

[Políticas Culturais e Raciais](#)

[Ministério da Cultura](#)

[Secretaria Especial de Direitos Humanos](#)

[www.cultura.gov.br](#)

[de Gestão de Políticas Raciais](#)

[Promoção da Igualdade Racial](#)

[www.proracial.gov.br](#)

[Ministério do Trabalho](#)

[www.mte.gov.br](#)

[Ministério da](#)

[Agricultura, Pecuária e](#)

[www.mda.gov.br](#)

[Ministério Nacional de Colonização e Reforma Agrária](#)

[www.mncra.gov.br](#)

[www.mda.gov.br](#)

10. Estimular a criação de espaços de organização, discussões temáticas e formulação de estratégias de combate ao racismo;
11. Propor um plano de recursos materiais e imateriais para potencializar e expandir a atuação da SNCR;

Diálogo com a sociedade

APRESENTAÇÃO

Movimentos negros, sociais, sindicais e populares africanos.

Esta cartilha tem como objetivo principal apresentar aos militantes negros, não só as teses debatidas no Encontro Nacional de Combate ao Racismo do PT, realizado em maio de 2008, que resultou na eleição da atual gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, mas também informações sobre os objetivos e compromissos da Secretaria, bem como temas em discussão e apreciação tanto no executivo como no Legislativo, que, esperamos, contribuam para subsidiar nossas lideranças e dirigentes comprometidos com a luta das desigualdades raciais e do racismo no Brasil.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT tem como meta, contribuir para aprofundar o debate programático em torno das políticas públicas para a superação da discriminação e do racismo no país, definir tarefas organizativas e avançarmos na construção da unidade partidária com vistas ao IV Congresso e as eleições 2010, com uma candidatura petista à sucessão de Lula.

Para compartilhar os desafios que temos pela frente, de fortalecer nossos governos, contribuir com aqueles identificados com nossos projetos, e ampliar os espaços que promovam a plena inserção de negras e negros no PT e na sociedade, esperamos contar com o empenho e a colaboração de todos (as) dirigentes, lideranças e movimentos sociais.

Fortalecimento do projeto

1. Estabelecer vínculo, diálogo e estimular a criação de SMCR e fóruns permanentes de discussão nas prefeituras governadas pelo PT;
2. Apoiar a implementação e pautar o debate no partido, movimentos sociais e na sociedade sobre a Lei 10.639/03, sancionada pelo presidente Lula em 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e da História do Brasil nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, públicos e privados. A Lei também altera o Currículo Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação;
3. Promover ações articuladas pelos Estados para ampliar as secretarias estaduais de combate ao racismo;
4. Dar sustentação política aos parlamentares do PT e preparar os movimentos sociais para debater o

Secretaria Nacional
de Combate ao Racismo
Partido dos Trabalhadores



COMPROMISSOS DA SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2008.
de Combate ao Racismo

Em bora esse tema não tenha ainda recebido o tratamento que merece na agenda mundial, o Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, assumiu o compromisso com essa luta, que tem no Movimento Social o pilar mais legítimo de sua sustentação, reflexo do anseio popular. No Brasil, o PT está organizado na temática de combate ao racismo em 14 secretarias estaduais.

Ao mesmo tempo, houve avanços consideráveis no trato dessas questões por parte dos governos federal, estaduais e municipais.

No momento em que a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo consolida uma eleição na qual a dedicação de dezenas de companheiros construiu minha vitória, a partir do debate de uma unidade agregadora e responsável, é um estímulo a mais ao trabalho há muito iniciado.

O consenso em torno do meu nome, no estado do Rio de Janeiro, materializou no Encontro Nacional de Combate ao Racismo a vitória dos negros e negras do Partido dos Trabalhadores, que de agora em diante lutarão diuturnamente pela garantia dos direitos negados desde que aportamos aqui.

Nosso compromisso é o mesmo: estabelecer o diálogo de forma articulada com a Direção Nacional, Estadual e Municipal do PT, e demonstrar à sociedade os reais avanços já alcançados por meio de ações e programas de governo. Além disso, nos dedicaremos em tempo integral ao trabalho de contribuir com políticas públicas que garantam as conquistas alcançadas e abram caminho para os passos seguintes.

Esta Secretaria, regionalmente representada, reafirma o compromisso assumido no Encontro Nacional de Combate ao Racismo do PT, qual seja, o de democratizar o debate interno e com a sociedade, ampliar as representações setoriais em todo o território nacional, atuar no Congresso Nacional, articular com a base aliada do governo, promover e apoiar campanhas de candidaturas negras em todo país.

O diálogo permanente com a sociedade e com os governos é a principal diretriz que orientará o trabalho da Secretaria, cujos resultados serão colhidos por todos aqueles que têm compromisso com este País, com os quais compartilho essa vitória.

Durante a gestão que ora se inicia, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo tem o compromisso moral, político e social de atuar para:

- Cumprir-se a implementação da Lei 10639/2003;
- Cumprir-se a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial;
- Cumprir-se a titularização das Terras dos Remanescentes dos Quilombos e implementação de curso de formação para os quilombolas;
- Cumprir-se o Combate Institucional do Estado à intolerância religiosa;
- Cumprir-se a garantia das cotas raciais;
- Cumprir-se a responsabilidade política com o Povo Negro brasileiro;
- Cumprir-se o fortalecimento da organização com formação política da Juventude Negra;
- Cumprir-se a pauta e a aprovação do PL-73/99

Primeira saudação da Secretária Nacional de Combate ao Racismo

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2008.



OBJETIVOS DA SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO



A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo tem como objetivo organizar a militância petista nas cidades onde está representada e estruturar em outras, onde o movimento contra a desigualdade racial ainda é incipiente, contribuindo na formação dos militantes que atuam no combate à discriminação e dando visibilidade às lutas de raça, gênero e classe.

Nosso papel é orientar o conjunto do Partido dos Trabalhadores para a construção de um projeto de Brasil, em que o combate ao racismo e às desigualdades sócio-raciais sejam estruturantes para o desenvolvimento de uma sociedade solidária e radicalmente democrática. Nossas prioridades passam por:

- Construir políticas de igualdade racial para o Estado e para a sociedade;
- Garantir a formação, a capacitação e a articulação de negros e negras do PT;
- Contribuir com a construção da organização partidária nos níveis municipal e estadual;
- Trabalhar pela ampliação da representação de negros e negras no poder;
- Construir a intervenção junto aos setoriais e demais instâncias partidárias, com principal atenção às mulheres e à juventude negra;
- Consolidar a formulação e a articulação política do PT no combate ao racismo.

SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

A apresentação do negro nos espaços de poder não pode ser vista de forma isolada. Ela depende de outros fatores, ao lado de que se encontra o reflexo de uma história preconceituosa que se manifesta de modo diferente no imaginário da sociedade brasileira. Para refletir sobre a participação do negro nos espaços de poder, é importante ter em vista o significado da política sem sentido mais do que isto, podemos recorrer à definição oferecida pelo Relatório do Departamento Petista. Ela nos diz que a "... qualidade política implica a capacidade de construir consciência crítica, organizar o movimento de modo a transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tomar posse dos projetos para a sociedade".

Atentos a esta concepção, acreditamos que este eixo de discussão não se trata apenas de um poder institucional, mas, principalmente, no dia-a-dia das comunidades em que os negros estão demandando seu protagonismo e seu potencial transformador. Ao observar isto, lançamos um conjunto de desafios e estratégias que acreditamos serem necessárias para atingir a erradicação do racismo e seus efeitos:

- **Redes de cidadania** – Conforme afirmamos antes, o racismo obedece a uma rede de relações de violência. Para se opor a isto é preciso detectar e acionar a rede de produção de cidadania das comunidades e estabelecer ações integradas com os atores sociais locais.
- **Diminuição da pobreza** – É inegável que a miséria e a pobreza estão presentes na base da pirâmide social. Este é o lugar que o racismo opera, tendo em vista o controle da hierarquia social. Residem nesta base os excluídos de forma geral, estimulados pela disputa econômica pelo "zero econômico", que tenta a sobrevivência mesmo estando abaixo da linha da pobreza. Lula stando a isto, afirma que "pelo menos metade da população brasileira vive nesta situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64% dos pobres e pelo menos 70% dos indígenas brasileiros são negros, com



13 PONTOS PRIORITÁRIOS PARA GESTORES E VEREADORES ENVOLVIDOS COM A TEMÁTICA RACIAL

1. Criar a secretaria municipal com competência e gerenciamento das diretrizes voltadas para as políticas da promoção da igualdade racial;
2. Criar o Conselho Municipal para junto com organismos sociais de combate ao racismo, atuar no poder executivo garantindo os avanços institucionais;
3. Aplicar Programa Saúde para a população negra;
4. Criar o S.O.S racismo com acompanhamento pleno das vítimas de preconceito;
5. Implementar a Lei 10.639/03;
6. Combater toda e qualquer manifestação de intolerância, contra as religiões de matriz africana;
7. Desenvolver políticas de ações afirmativas que assegurem cotas para negros e negras na administração municipal;
8. Desenvolver programas que assegure igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas públicas de governo com aplicação da intersectorialidade;
9. Defender a delimitação, demarcação e titulação dos territórios e comunidades quilombolas rurais e urbanas. Saneamento, oferta de serviços públicos e apoio ao desenvolvimento local sustentável. Que as ações dos governos estaduais e federais sejam implementadas e que as situações de conflitos tenham proteção do estado;
10. Mapear bairros de grande presença da população negra e defini-los como prioridade para ações de urbanização, habilitação e saneamento básico, decidindo as ações prioritárias através da implementação do Orçamento Participativo;
11. Instituir o programa de combate ao racismo institucional;
12. Garantir políticas públicas de proteção e inclusão a juventude negra;
13. Defender gestão de políticas públicas para as mulheres, em destaque para as mulheres negras.



PELA SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E DO RACISMO E A GARANTIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

No período de 25 a 28 de junho de 2009, Brasília foi o centro de discussões sobre as políticas para um mundo mais justo sob o ponto de vista das relações étnicos raciais, com a II Conferência Nacional de Igualdade Racial - II Conapir

Em documento apresentado aos delegados e convidados do evento, o Partido dos Trabalhadores, por meio da SNCR, mostrou sua capacidade de mobilização política, contribuindo nos debates com análise de conjuntura e apresentando propostas que promovam a plena inserção de negros e negras na sociedade.

O Partido dos Trabalhadores declara:

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial é o espaço de transformação das resistências neoliberais e de reafirmação das bandeiras de luta pelo combate ao racismo.

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial é um momento mais do que oportuno para a reflexão necessária sobre o que o Brasil já produziu em termos de políticas públicas para a superação da discriminação e do racismo no país.

Muito tem sido feito nesses últimos sete anos pelo governo Lula na defesa dos direitos essenciais para todos os brasileiros. Porém, ainda é preciso avançar para fazer valer a premissa de que os direitos humanos são iguais para todos, independente de cor, raça ou credo, e barrar aqueles setores reacionários da sociedade brasileira que ainda teimam em excluir os negros da condição de cidadãos.

Embora os esforços do governo sejam no sentido de dar a dimensão certa para a questão racial no Brasil, com a adoção de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades públicas, o reconhecimento das terras quilombolas, a Lei 10.639, que insere o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o País, do ensino fundamental ao superior, entre outras, o Congresso Nacional e a grande imprensa apontam na direção contrária. Muitos têm sido os combatentes dessas ações. Com impropriedades, alegam que essas políticas podem exacerbar a questão racial, gerar conflitos etc.

Ora, contra fatos não há argumentos. Não se tem notícia de contenda entre brancos e negros nas mais de 50 universidades públicas que adotaram as cotas raciais. Outra: é sabido que o rendimento escolar dos cotistas – ao contrário do argumento de que eles não conseguiriam acompanhar os cursos – têm sido igual ou maior do que os não-cotistas.

Na Universidade de Brasília (UnB), primeira federal a adotar o sistema de cotas, além de apenas 1% abandonar o curso, o desempenho acadêmico dos cotistas ficou acima da média. E mais: a média de trancamento de disciplinas foi de 0,5% e a de reprovação apenas de 1,5%. Entre 2003 e 2007, a evasão entre os cotistas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi de 13%. No universo dos não-cotistas, esse índice foi de 17%. Além disso, os estudantes que entraram pelas cotas em 2003 conseguiram um desempenho pouco superior aos demais. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2005, os cotistas conseguiram rendimento igual ou melhor que os não cotistas em 32 dos 57 cursos. Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência, os cotistas desempenharam-se melhor em 61 % das áreas.

São dados como esses que mostram que o governo Lula continua no caminho certo em proporcionar dignidade e respeito a que todo cidadão brasileiro tem direito. E isso está na base do reconhecimento dos direitos humanos, como o direito a ter educação.

Não é de hoje que a comunidade negra brasileira luta por esses direitos humanos e se organiza para que os governantes assumam a responsabilidade de inserir o povo negro com dignidade na sociedade com direitos iguais como a qualquer outro cidadão. Ainda em 1934, a cidade do Recife foi palco do I Congresso Afro-Brasileiro, considerado um marco na visão sobre a participação do negro na sociedade brasileira. Foi a primeira vez que se realizou no Brasil e na América do Sul um evento com a temática racial. A esse se seguiram muitos outros em que debates são inseridos para a busca de soluções de problemas que atingem os afrodescendentes em seus direitos essenciais, como o mercado de trabalho, o acesso à educação, o respeito às religiões de matriz africana e o combate à discriminação e à violência racial.

No computo, aponta-se que o crescimento da consciência da cidadania plena, com suas repercussões políticas, econômicas e culturais, é essencial para o fortalecimento da luta pela igualdade racial no Brasil.

Não poderia ser diferente agora, com a realização da II Conapir e com a constatação de que diante das ações afirmativas ora adotadas pelo governo Lula a maioria do povo brasileiro, em contraste com setores da elite, está mais receptivo que em outros tempos com a questão racial.

Portanto, resgatar esses anos de luta e compartilhar essas memórias é importante para que os partici-

pantes desta Conferência possam compartilhar o simbolismo que tem a presença negra na formação da Nação Brasil.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT compartilha desse desafio e está pronta para contribuir na formulação de políticas públicas que venham no sentido de ampliar os caminhos e espaços que promovam a plena inserção de negros e negras na sociedade brasileira.

Ao se discutir, pensar e refletir sobre que caminhos trilharemos, é preciso levar em conta o legado civilizatório que os afro-descendentes determinaram à formação social e cultural do Brasil. Assim é que será preciso o debate amplo e transparente, forjado na união e no respeito a opiniões diversas, para celebrarmos este momento singular da nossa luta por um país justo e fraterno.

A nossa bandeira de luta passa pela:

- Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial
- Defesa da política de Cotas Raciais
- Combate à Intolerância religiosa
- Regulamentação e titulação de territórios quilombolas
- Em defesa dos direitos da mulher negra

Ricardo Berzoini

Presidente Nacional do PT

Cida Abreu

Secretária Nacional de Combate ao Racismo

partes desta Conferência possam compartilhar o simbolismo que tem a presença negra na formação da

contundente para qualificar as ações de combate ao racismo. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT compreende desde o início a importância de estabelecer a

Por se tratar de um instrumento de natureza política, a Comissão de Trabalho e de Assessoria Social e Cultural do PT

mostramos neste momento singular da nossa luta por um país justo e igualitário.

promovendo a igualdade em todos os campos da educação, do mercado de trabalho e na administração pública. Com este aparato é possível por fim às diferenças estruturais e produzir as diversas faces da violência.

Agora, a partir desta leitura das entranhas do racismo, vamos discutir a produção de violência em que o racismo opera, a começar pelas

Em defesa dos direitos da mulher negra

a) Mulher negra e o racismo

Podemos afirmar que a mulher negra é o grupo mais marginalizado da sociedade brasileira. Ela sofre com a discriminação racial e de gênero, além de estar inserida nas camadas mais pobres da população.

Essa, sem dúvida, é uma tarefa crucial para repensar a situação da mulher negra no Brasil se queremos ser eficaz no combate ao racismo e à pobreza em suas raízes.

Os traços que marcam a condição em que se encontra a mulher negra no Brasil nos remetem ao período da escravidão. De lá para cá tivemos poucas mudanças com relação às mulheres, que entre os marginalizados da sociedade permaneceram nas condições mais inferiores do sistema de exclusão e de racismo do país. Para confirmar essa afirmação, basta ver a colocação das mulheres negras no mercado de trabalho. Lella Gonzalez trata com rigor esse tema no documento "Mulher Negra" (1984), ao demonstrar que "4/5 da força de trabalho negra tem uma inserção ocupacional caracterizada por baixos níveis de rendimento e escolaridade", fato que está de acordo com essa realidade. E conclui: "As trabalhadoras negras encontram-se alocadas em ocupações manuais rurais (da agropecuária e da extração vegetal) e urbanas (prestação de serviços), tanto como assalariadas como autônomas e não remuneradas".

b) Crianças e adolescentes e o racismo

O relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 mostra que fatores como raça, escolaridade materna e região de nascimento determinam as chances de uma criança superar ou não a pobreza. Crianças negras e nordestinas são as mais desfavorecidas. No Brasil nascem 8.200 brasileiros que por dia, cerca de 1.500 são da região Nordeste. Cada um deles terá um quarto da chance de completar o primeiro ano de vida dos nascidos



ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E AS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO BRASILEIRO

*Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dosão i navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(Conceição Evaristo)*



Depois de quase dez anos em tramitação, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado no dia 09 de setembro de 2009, pela Comissão Especial da Câmara Federal. Um acordo de lideranças garantiu a aprovação em caráter conclusivo. Isso significa que o texto não precisará ir para o plenário da Câmara. Seguirá direto para o Senado para aprovação definitiva. Em seguida, será encaminhado para ser sancionado pelo presidente Lula até o dia 20 de novembro, data em que será comemorada o Dia Nacional da Consciência Negra.

Desde sua concepção, em 1995, o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), buscou regulamentar reivindicações históricas do Movimento Social Negro Brasileiro. Porém, no momento de sua aprovação, não foi possível contemplar o texto em sua plenitude. Por mais que os deputados da base governista, movimentos e lideranças tenham tentado, não conseguimos aprovar a proposta original.

O formato final sofreu alterações, como a indefinição do percentual de cotas raciais nas universidades e na indústria cinematográfica e televisiva e ainda a supressão do artigo que trata do significado histórico por que defendemos a regularização fundiária das terras dos remanescentes dos quilombos, sob a alegação de que já existem instrumentos legais suficientes sobre a questão.

É certo que o Estatuto ficou incompleto. Como também é preciso ver com clareza que faltou mobilização dos movimentos sociais para assegurar a conquista de direitos, essenciais para a superação da desigualdade racial no Brasil.

Nossa vitória foi parcial e, sem dúvida, houve perdas significativas. Mas, ainda assim, o texto aprovado representa um avanço, pois apresenta um conjunto de mecanismos legais que permitem a implementação das políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais existentes no país. Trata-se de um instrumento importante que visa à inclusão econômica, social, política e cultural da população negra.

Temos a certeza de que os dez anos de luta para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial não foram em vão e o debate estabelecido reafirmou a responsabilidade das nossas tarefas.

Os principais pontos do Estatuto

Comunidades quilombolas – O texto aprovado reafirma o princípio constitucional de que os moradores das comunidades remanescentes de quilombos têm direito à propriedade definitiva das terras. O Estatuto, assim, fortalece o decreto n° 4.887/2003, que regulamenta o artigo 68 da Constituição Federal, que trata da demarcação de terras quilombolas. Os direitos dessas comunidades estão garantidos ao longo de todo o texto aprovado, de forma transversal. Um dos itens do Estatuto prevê, por exemplo, que para fins de política agrícola, os remanescentes receberão tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público destinados à realização de atividades produtivas e de infraestrutura.

Cultura – O Poder Público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio cultural. A capoeira, por exemplo, passa a ser reconhecida como esporte nacional ao ter a garantia de registro e proteção, em todas as suas modalidades.

Descentralização das políticas públicas – O texto institucionaliza o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), coordenado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Dentre os estados e municípios, mais de 500 já aderiram ao Fórum. A adesão implica na criação de órgãos locais para cuidar exclusivamente da igualdade racial. Assim, o Fórum

estimula a disseminação de políticas de igualdade racial por todo o país. Estados e municípios participantes do FIPIR têm prioridade no recebimento de recursos de programas desenvolvidos pela SEPPIR e ministérios parceiros.

Direitos políticos – Cada partido político ou coligação deverá reservar o mínimo de 10% de vagas para candidaturas de representantes da população negra.

Educação – O Estatuto estabelece parâmetros para a aplicação de ações afirmativas voltadas à população negra, como o sistema de cotas raciais para o acesso ao ensino público. Independentemente do Estatuto, há um projeto de lei tramitando no Senado (PLC 180/2008) que trata especificamente sobre a instituição de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas. Mesmo sem ter sido aprovado ainda, 79 universidades já criaram políticas de ações afirmativas. Dessas, 59 possuem cotas raciais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Financiamento – O Estatuto prevê fontes de financiamento para programas e ações que visem à promoção da igualdade racial. Os orçamentos anuais da União, por exemplo, deverão contemplar as políticas de ações afirmativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades raciais nas áreas da educação, cultura, esporte e lazer, saúde, trabalho, meios de comunicação de massa, moradia, acesso à terra, segurança, acesso à justiça, financiamentos públicos e outros. Outro destaque é que o Poder Público priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstos no Estatuto aos estados, Distrito Federal e municípios que tenham criado conselhos de igualdade racial.

Justiça e segurança – O Poder Público Federal instituirá, na forma da lei, e no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo, ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial. O texto prevê ainda atenção às mulheres negras em situação de vulnerabilidade, garantindo assistência física, psíquica, social e jurídica. Para a juventude, prevê que o Estado implementará ações de ressocialização e proteção de jovens negros em conflito com a lei e expostos a experiências de exclusão social.

Meios de comunicação – Na produção de filmes, peças publicitárias e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, racial e artística. Além disso, os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

Moradia – O Poder Público garantirá a implementação de políticas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive nas favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas ou em processo de degradação. Esse direito inclui, por exemplo, a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários e a assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação. Além disso, os programas, projetos e outras ações governamentais realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), regulado pela lei nº 11.124/2005, devem considerar as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra. Os estados, o Distrito Federal e os municípios estimularão e facilitarão a participação de organizações e movimentos representativos da população negra na composição dos conselhos constituídos para fins de aplicação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Religião – Garante a liberdade para a prática de religiões de matrizes africanas e assegura a assistência religiosa aos praticantes internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive os submetidos a pena de privação de liberdade.

Saúde – Cria os marcos legais para a implantação de políticas de saúde voltadas às especificidades da população negra, e para a garantia do acesso igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta fixa ainda as diretrizes da política nacional de saúde integral da população negra.



SINAPIR – O texto institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) como forma de organização e articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as iniquidades raciais existentes no país, prestadas pelo Poder Público Federal. Os estados, DF e municípios poderão participar do SINAPIR mediante adesão. O Poder Público Federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do SINAPIR.

Terra – Serão assegurados à população negra o acesso à terra, assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção. Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos. Para os fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial e diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura

Trabalho – Pelo texto aprovado, o Estado vai investir fortemente para inserir o negro no mercado de trabalho, seja no setor público ou privado, por meio de ações afirmativas. Entre as políticas de inclusão, poderá oferecer incentivos a empresas com mais de 20 empregados que contratarem pelo menos 20% de negros. O Estatuto prevê ainda que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CO-DEFAT) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento

Fonte: Seppir



**PROPOSIÇÕES
ENVOLVENDO
A TEMÁTICA RACIAL
EM TRAMITAÇÃO
NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



Ao todo, identifica-se na Câmara dos Deputados um total de 28 propostas em tramitação, - sem contar as apensadas, que foram apresentadas no período de 1999 a 2006, e que do ponto de vista temático se dividem em matérias de cunho (1) educacional, (2) cultural e (3) de inclusão sócio-econômica, cultural e política.

De um total de 28 proposições levantadas, 12 dizem respeito a sistemas de cotas ou de reserva de vagas na educação regular, de todos os níveis e modalidades, para as comunidades negras de afrodescendentes, de quilombolas ou indígenas.

Duas proposições tratam de inclusão de conteúdos nos currículos escolares dessas comunidades.

Três propostas versam sobre a valorização cultural de datas comemorativas alusivas a populações negras de afrodescendentes, de quilombolas ou indígenas.

Sobre a isonomia de tratamento dessas comunidades, por meio de ações afirmativas, em geral por meio de diplomas abrangentes, como o Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto e Plano Nacional da Juventude, tem-se no levantamento aqui apresentado o número de 11 propostas legislativas.

Matérias Educacionais

- **PL-3004/2000**, do Sr. Paulo Lima (PFL/SP) – Apensado o PL-1866/1999: Dispõe sobre a reserva de vagas para vestibulandos negros nas universidades públicas.
- **PL-6213/2002**, do Sr. Pompeo de Mattos (PDT/RS) – Apensado o PL-5293/2001: Estabelece meios de incentivo ao acesso de estudantes afro-brasileiros na educação infantil, no ensino fundamental e médio ministrados por escolas da rede pública.
- **PL-6214/2002**, do Sr. Pompeo de Mattos (PDT/RS) – Apensado o PL-3198/2000: Institui mecanismos de incentivo ao acesso de setores etno-raciais historicamente discriminados em estabelecimentos de ensino público estadual e federal de ensino superior.
- **PL-433/2003**, da Sra. Mariângela Duarte (PT/SP): Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- **PL-2434/2003**, do Sr. João Mendes de Jesus (PSL/RJ): Obriga as instituições de ensino superior, médio e fundamental a aplicar, no mínimo, 10% de seu faturamento líquido anual na execução de bolsas de estudos a estudantes afro-descendentes, comprovadamente carentes.
- **PL-3164/2004**, do Sr. Lincoln Portela (PL/MG). Apensado o PL-2663/2000: Dispõe sobre a isenção da contribuição à Seguridade Social, na proporção do valor das vagas cedidas a alunos carentes pelas instituições privadas de ensino.
- **PL-3571/2004**, do Sr. Eduardo Valverde (PT/RO). Apensado o PL-1643/1999: Inclui o inciso XI no artigo 5º, estabelecendo cotas nas Universidades Públicas e altera a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 9394, de 1996 e dá outras providências.
- **PL-3627/2004**, do Poder Executivo. Apensado o PL-73/1999: Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.
- **PL-5361/2005**, do Sr. Eduardo Valverde (PT/RO): Altera os artigos 3,24,26 e 36 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, instituindo nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre a língua, usos, costumes e a cultura dos povos tradicionais e minorias étnicas formadores do povo brasileiro.

- **PL-7200/2006**, do Poder Executivo. Apensado o PL-4212/2004: Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis n.ºs 9394, de 20 de dezembro de 1996; 8958, de 20 de dezembro de 1994; 9504, de 30 de setembro de 1997; 9532, de 10 de dezembro de 1997; 9870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

Matérias Culturais

- **PL-1588/1999**, do Sr. Luiz Sérgio (PT/RJ). Apensado o PL-1686/1999: Declara feriado nacional o “Dia da Consciência Negra” a ser celebrado, anualmente, na data de 20 de novembro, em alusão à morte do Líder Zumbi dos Palmares.
- **PL-1686/1999**, do Sr. João Caldas (PMN/AL). Apensado o PL-1588/1999: Declara Feriado Nacional o dia 20 de novembro, aniversário de morte do líder negro, Zumbi dos Palmares.
- **PL-5042/2005**, do Sr. Badu Picanço (PL/AP): Dispõe sobre a veiculação de programas voltados à valorização da cultura afro-brasileira.

Matérias de inclusão sócio-econômica, cultural e política

- **PL-1866/1999**, do Sr. Luiz Salomão (PDT/RJ): Dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro.
- **PL-3198/2000**, do Sr. Paulo Paim (PT/RS). Apensado o PL-6912/2002: Institui o Estatuto da Igualdade racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências.
- **PL-5293/2001**, do Sr. Vivaldo Barbosa (PDT/RJ). Apensado o PL-1866/1999: Garante à população negra direitos, na tentativa de reparar os danos causados pela escravidão.
- **PL-6912/2002**, do Senado Federal, Sr. José Sarney (PMDB-AP): Institui ações afirmativas em prol da população brasileira afro-descendente.
- **PL-4529/2004**, da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, e Sr. Benjamin Maranhão (PMDB/PB): Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências.
- **PL-4530/2004**, da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, e do Sr. Benjamin Maranhão (PMDB/PB): Aprova o Plano Nacional da Juventude e dá outras providências.
- **PL-6264/2005**, do Senado Federal, PLS-213/2003, do Sr. Paulo Paim (PT/RS): Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- **PL-3435/2000**, do Sr. Paulo Paim (PT/RS). Apensado o PL-3198-2000: Altera a redação do § 3º do art. 10 da Lei n.º 9504, de 30 de setembro de 1997, para instituir cotas para candidaturas de afro-descendentes.
- **PL-2103/2003**, do Sr. João Grandão (PT/MS): Altera o art. 5º da Lei n.º 8112, de 1 de dezembro de 1990, para instituir reserva de vagas para afro-descendentes.
- **PL-3147/2000**, do Sr. Luiz Bittencourt (PMDB/GO). Apensado o PL-1866/1999: Dispõe sobre a reserva de vagas para trabalhadores da raça negra nas empresas.

- 
- **PL-1833/2003**, do Sr. Sérgio Miranda (PCdoB/MG): Altera os artigos 4º, 18, 20, 25 e 29 da lei nº 8935, de 18 de novembro de 1994, que “Regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro”, e dá outras providências.
 - **PL-832/2003**, do Sr. Sandes Júnior (PPB/GO): Acrescenta dispositivo à Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afro-descendente.
 - **PEC-536/2006**, do Sr. João Grandão (PT/MS) e co-autores: Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 227-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.
 - **PL-5882/2005**, do Sr. Vicentinho (PT/SP). Apensado o PL-3147/2000: Dispõe sobre a proteção do emprego às pessoas negras.
 - **PEC-380/2005**, do Sr. João Grandão (PT/MS) e co-autores: Acrescenta inciso ao art. 37 da Constituição Federal para permitir a reserva de vagas, em concursos públicos, para afro-descendentes.

Grande parte das proposições acima indicadas pelo levantamento, inclusive as propostas apensadas, são repetitivas no tocante aos assuntos de que tratam.

Fonte: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados



**TESES APRESENTADAS
NO ENCONTRO SETORIAL
NACIONAL DE COMBATE
AO RACISMO DO PT
PARA O PED 2008**

CHAPA CONSTRUINDO UM BRASIL SEM RACISMO

Esta chapa tem como referência para a participação no Encontro Nacional Setorial de Combate ao Racismo o debate do projeto de resolução apresentado pelo CBN/Grupo de Negras e Negros da Unidade na Luta, aprovado no III Congresso Nacional do PT nos eixos “O socialismo Petista e o Brasil que queremos”.

O socialismo petista

Pela Superação da Opressão de raça, gênero e classe

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Européia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que os “atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica a auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta e o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado, o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o apartheid racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e conseqüentemente aumenta a selvageria



urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nosso direito a terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este apartheid racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma aceção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a idéia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra racial surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo raça para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o apartheid – e a destruição física de genos, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007). Nos anos de 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, à cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinante socialmente a partir de uma cultura política de discriminação.



minação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador (a) negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e ranços na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia-a-dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. Esse é o primeiro passo para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembrar esse princípio do VII Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que o socialismo e democracia não combinam com racismo, mas machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se quisermos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se quisermos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revolta dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências das lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantirem muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que quere-

mos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida em que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O Brasil que queremos

Com as resoluções da ONU sobre a discriminação, a partir dos anos 1950, ganha destaque o interesse dos países em programar políticas de combate às discriminações e de promoção de igualdade de oportunidade e tratamento. Importante elemento considerado em tais iniciativas é a constatação de que nas sociedades, desfiguradas por anos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis ou procedimentos administrativos. Neste caso, cabe ao Estado favorecer a criação de condições de base que permitam a todos se beneficiarem de igualdade de oportunidade eliminar qualquer fonte de discriminação.

Por outro lado, as desigualdades nas chamadas condições de base sinalizam o entendimento de que o Estado, para alcançar a igualdade social, deve tratar os grupos discriminados de forma diferenciada e planejada. A natureza de tais medidas pode variar consideravelmente, desde a realização de esforços para desenvolver os recursos e as infra-estruturas de que carecem os grupos discriminados, uniformizando, assim, algumas condições de base, até os sistemas preferenciais de acesso.

O Brasil participou da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância, em agosto/setembro de 2001, em Durban, África do Sul. A Declaração e o Plano de Ação da Conferência “reconhecem a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos como crime contra a humanidade”. Ao aprovar este documento, a ONU recomenda que os países que se beneficiaram de alguma forma do sistema escravagista implementem políticas afirmativas com o objetivo de minimizar seqüelas decorrentes.

O fato é que, sem dúvida, as experiências com políticas de ações afirmativas no mundo criaram condições para o surgimento de propostas que dialogam com a superação do racismo. Ao passo que no Brasil, no século 21, setores conservadores das universidades, partidos políticos e governos insistem na reedição do mito da democracia racial ou na uniformidade da miséria brasileira e continuam de costas para os avanços observados nesta área.

Obstinado em negar a dimensão das desigualdades raciais no Brasil e ignorando o avanço de tais experiências, o Estado brasileiro contribui para o aprofundamento do racismo e atrasa a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Esta colocado para os partidos políticos, movimentos sociais, governantes e empresários o desafio de romper com velhas e inconseqüentes práticas autoritárias e conservadoras de satanizar, criminalizar e silenciar os direitos reivindicados e reconhecer que não se podem assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos se não considerarmos na produção de políticas sociais que a raça é uma categoria social a ser investigada, planejada e sistematizada. É necessário romper com a falta de apoio e com a indiferença política por parte da sociedade para levar adiante um plano nacional de superação da pobreza, do racismo e do machismo.



Cabe, portanto, ao PT e seus dirigentes, aos governantes e seus gestores, aos parlamentares e seus assessores, aos movimentos sociais e suas lideranças renovar compromissos de políticas inovadoras no campo de combate às desigualdades sócio-raciais.

O terceiro passo é assumir o paradigma de que não basta tratar com igualdade os desiguais. No nosso caso será necessário o desenvolvimento de políticas sociais afirmativas dos direitos da população negra e a ampliação dos recursos orçamentários e humanos para o sucesso daquela política.

Já dissemos anteriormente que a radicalidade da democracia é transformar o potencial do movimento social em poder político. As organizações políticas e culturais do Movimento Negro têm contribuído na produção de alternativas sociais, culturais e econômicas com vistas ao futuro das próximas gerações e o exercício pleno da cidadania.

Reiteramos aqui toda a simbologia socialista resultante da sua experiência que pode ser reconhecida no ideal de tolerância interreligiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, a solidariedade econômica < respeito à ancestralidade forte capacidade de estabelecer alianças sócio-políticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo agregador.

Definitivamente, não cabe apenas às organizações do Movimento Negro a responsabilidade pela execução de políticas de eliminação do racismo, mas ao conjunto do governo e demais instituições da sociedade civil. O racismo brasileiro é de natureza estrutural, portanto, tem uma dimensão nacional que perpassa a educação, a cultura, a economia e a política e todas as dimensões da sociedade.

Cabe sim, ao Movimento Negro imprimir o traço anti-racista nas políticas globais dos governos, das empresas e das instituições de forma a impedir a perpetuação de discriminação direta e indireta, objetivando eliminar as desigualdades raciais.

Via de regra, a nossa participação política nos governos tem sido formalizada nos conselhos institucionais, nos grupos de trabalho interministeriais ou assessorias. A novidade ficou para o Governo Lula que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do Governo Lula a ser consolidado no segundo governo.

A comunicação de um Estado democrático deve divulgar campanhas educativas de amplo alcance, objetivando fomentar o debate e criar as condições para implantação de novos procedimentos para a promoção da igualdade racial.

Está colocado para os partidos políticos, movimentos sociais, governantes e empresários o desafio de romper com velhas e inseqüentes práticas autoritárias e conservadoras de satanizar, criminalizar e silenciar os direitos reivindicados e reconhecer que não se podem assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos se não considerarmos na produção de políticas sociais que a raça é uma categoria social a ser investigada, planejada, e sistematizada. É necessário romper com a falta de apoio e com a indiferença política por parte da sociedade para levar adiante um plano nacional de superação da pobreza, do racismo e do machismo.

Cabe, portanto, ao PT e seus dirigentes, aos governantes e seus gestores, aos parlamentares e seus assessores, aos movimentos sociais e suas lideranças renovar compromissos de políticas inovadoras no campo de combate às desigualdades sócio-raciais.

O terceiro passo é assumir o paradigma de que não basta tratar com igualdade os desiguais. No nosso caso será necessário o desenvolvimento de políticas afirmativas dos direitos da população negra e a ampliação dos recursos orçamentários e humanos para o sucesso daquela política

Já dissemos anteriormente que a radicalidade da democracia é transformar o potencial do movimento social em poder político. As organizações políticas e culturais do Movimento Negro têm contribuído na

produção de alternativas sociais, culturais e econômicas com vistas ao futuro das próximas gerações e o exercício pleno da cidadania.

Reiteramos aqui toda a simbologia socialista resultante da sua experiência que pode ser reconhecida no ideal de tolerância inter-religiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, a solidariedade econômica, respeito à ancestralidade, forte capacidade de estabelecer alianças sócio-políticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo e agregador.

Definitivamente, não cabe apenas às organizações do Movimento Negro a responsabilidade pela execução de políticas de eliminação do racismo, mas ao conjunto do governo e demais instituições da sociedade civil. O racismo brasileiro é de natureza estrutural, portanto, têm uma dimensão nacional que perpassa a educação, a cultura, a economia e a política e todas as dimensões da sociedade.

Cabe sim, ao Movimento Negro imprimir o traço anti-racista nas políticas globais dos governos, das empresas e das instituições de forma a impedir a perpetuação de discriminação direta e indireta, objetivando eliminar as desigualdades raciais.

Via de regra, a nossa participação política nos governos tem sido formalizada nos Conselhos Institucionais, nos grupos de trabalho interministeriais ou assessorias. A novidade ficou para o Governo Lula que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do Governo Lula a ser consolidado no segundo governo.

A comunicação de um Estado democrático deve divulgar campanhas educativas de amplo alcance, objetivando fomentar o debate e criar as condições para implantação de novos procedimentos para a promoção da igualdade racial.

A um Estado democrático cabe a execução de uma política social e cultural que prioriza programas e projetos setoriais que contribuam para reduzir o abismo existente entre os homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas.

A um Estado democrático cabe a articulação da temática raça, gênero e classe como propósito permanente e eixo estratégico na formulação e desenvolvimento de políticas públicas macro-estruturantes, envolvendo todos os setores de atuação e segmentos de poder, até que atinjam toda a extensão e dimensões dos planos plurianuais, considerando a sustentabilidade do crescimento e a desconcentração de renda.

CHAPA FORÇA NEGRA NO PT

Apresentação

1. A Tese FORÇA NEGRA NO PT tendo sido eleita como tese guia no encontro estadual do setorial de combate ao racismo do PT/RS, incorporou no seu bojo as outras duas teses inscritas para o debate das chapas que concorriam neste pleito. Este ato, que foi consenso, significou uma demonstração de maturidade política e da busca efetiva da construção da unidade interna necessária para um bom funcionamento do coletivo e da luta no combate ao racismo no RS.
2. Por isso ao reproduzi-la em âmbito nacional com as devidas adequações queremos desde já manifestar nosso interesse em buscar a unidade em nível nacional, o que significaria para todos nós militantes do combate ao racismo de norte a sul, um avanço nas relações internas e um passo importante para almejarmos outras conquistas para além das até aqui obtidas.
3. A tese força negra no PT, que tem na sua construção, a colaboração de lideranças combativas respeitadas e emergentes do Movimento Negro, representantes de várias regiões do país. Todos os cidadãos e cidadãs que apostam na política como ferramenta necessária à transformação do Brasil e acreditam no Partido dos Trabalhadores como instrumento capaz de apresentar e conduzir um projeto democrático que contemple os anseios das classes sociais menos favorecidas, sobretudo das populações historicamente excluídas e alijadas dos bens culturais e materiais, como negros e índios.
4. Os mesmos, ao longo de suas histórias de vida têm contribuído de forma decisiva para o fortalecimento do Movimento Social Negro, da luta de combate ao racismo e para o avanço e crescimento do partido, ajudando na eleição de companheiros e companheiras petistas, para ocupação dos diversos espaços políticos em todas as esferas dos poderes executivo e legislativo.
5. No entanto é preciso aumentar a participação e a representação de negros e negras nos pleitos eleitorais para termos esta parcela da sociedade presente nestes espaços de poder, de forma mais equitativa e qualitativa.
6. Compreendendo a importância da ação institucional, os protagonistas desta Tese não abandonaram a luta social e partidária e continuam apostando na organização política da sociedade civil como principal instrumento de resistência e de transformação.
7. Tendo a consciência de que somente o Partido dos Trabalhadores foi capaz de iniciar um processo inovador na política pública brasileira ao buscar atender as reivindicações históricas da luta do Movimento Negro do Brasil, criando no poder executivo a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial dando-lhe status de Ministério, vinculada à Presidência da República, numa nítida demonstração de solidariedade, mas com forte influência da militância negra do PT, temos que buscar e ousar mais.
8. O momento agora é de aprofundar as conquistas, estendendo para estados e municípios. No plano federal temos apoiado a política conduzida pelo Presidente Lula e sua equipe, sem perder de vista que a chegada ao Governo não significa a conquista do poder em sua plenitude. Apesar do crescimento eleitoral do PT, a configuração de forças apontou para uma composição de Governo de Coalizão, com interesses profundamente contraditórios, mas pactuados pelo compromisso da retomada do crescimento econômico, controle dos gastos públicos e implementação de reformas necessárias para modernizar o Estado brasileiro, dar mais agilidade, transparência e justiça.

9. A tarefa do PT nos Governos Municipais, Estaduais e no Plano Federal é superar as desigualdades raciais e sociais presentes no país, através da implementação de políticas públicas de ações afirmativas, para ajudar no crescimento econômico e na distribuição de renda de forma mais justa.
10. Por isso, nossa ação deve ser a de construir os sujeitos sociais e políticos organizados na estrutura formal e informal das massas que compõem a nação brasileira. Isso significa um combate pesado à exclusão de todas as ordens. Estas são tarefas que um partido como o PT tem no atual sistema político global para enfrentar os desafios do Brasil enquanto nação.
11. Apostamos na reeleição e no fortalecimento do Governo Lula, convencidos da importância de se criar às condições políticas necessárias para a manutenção de investimentos externos e internos, assumindo a defesa do Governo Federal nos debates internos do PT, acatando a decisão das maiorias, pois quando isso não acontece, provocam conseqüências graves com reflexos negativos que atingem também a sociedade brasileira e não somente o partido.
12. Defendemos o cumprimento dos compromissos históricos do PT com os setores excluídos da sociedade tais como:
 - a) O não retorno da política de juros altos como forma de controlar a inflação;
 - b) A revisão da dívida externa buscando renegocia-la de forma mais justa e menos danosa à sociedade brasileira;
 - c) A ampliação de investimentos na educação, a reforma universitária incluindo políticas de ações afirmativas (cota para negros e negras no ensino Superior);
 - d) A aceleração e implementação da reforma agrária incluindo o reconhecimento e a titulação das terras remanescentes de quilombos;
 - e) A reforma urbana e o planejamento com crescimento ordenado das cidades;
 - f) A implementação de políticas públicas de ações afirmativas em todas as áreas sociais, tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada;
 - g) A ética e transparência na gestão pública
 - h) Investimentos pesados em infra-estrutura e saneamento básico;
 - i) Investimentos nas rodovias, ferrovias, portos e hidrovias;
 - j) Ampliação da oferta de energia elétrica, sobretudo utilizando recursos renováveis considerados limpos, ou seja, que não agredam o meio-ambiente;
 - k) Construção de casas para a população de baixa renda principalmente nas comunidades negras rurais quilombolas e urbanas;
 - l) A defesa permanente de programas socialmente justos e a geração e distribuição de renda;
 - m) A defesa intransigente do meio-ambiente e a democratização dos meios de comunicação.
13. Para nós, do Movimento Social Negro, este segundo governo Lula continua em disputa a efetivação de uma marca petista no Planalto, com viés nas ações voltadas para os trabalhadores, dependerá da recuperação e do fortalecimento das alianças com os partidos progressistas e junto aos setores organizados e combativos da sociedade, perseguindo sempre a coerência com as marcas criadas pelo nosso partido no imaginário dos eleitores que apostaram em nosso projeto, dentre eles, a condução ética da máquina pública, a transparência nas ações de governo a democratização e a participação popular como forma de modernização do Estado, e de desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente.

Plano nacional

14. O resultado que saiu das urnas no plano nacional reforça a polarização entre o PT e o PSDB em 2010. Porém com os acertos na política econômica, com a saída do FMI (Fundo Monetário Internacional), os investimentos em programas de geração de renda no campo e na cidade, o aumento do poder de compra do salário mínimo os investimentos em infra-estrutura e projetos estratégicos como a transposição do Rio São Francisco entre outras ações, as políticas sociais em geral criam as condições necessárias para o objetivo de reeleição do nosso projeto em 2010.
15. O PT passou por várias fases desde sua viabilização: das primeiras prefeituras à campanha presidencial de 1989, e agora tem o desafio de ser governo e quem governa o Brasil é o fundador do partido, liderança que é síntese e simbologia da nossa construção partidária. O PT é 100% governo, mas não pode ser uma esfera estatal, um anexo, tem que ser um partido estratégico, pois tem um projeto mais longo e mais profundo que o de governo.
16. O partido é fundamental para a sustentação do governo do Presidente Lula, e do Projeto de continuidade no governo federal, para isso tem que ser autônomo, forte, ter suas instâncias funcionando e ousadia para sugerir, tencionar e dialogar com o governo. Nosso desafio é ser dinâmico, inclusive para levar ao governo análises, propostas e avaliações diferenciadas, visto que nem sempre a ótica do governo é a correta, mas tomados pelo dinamismo dos fatos políticos, não percebe erros que poderiam ser evitados, municinando desta forma a oposição, levando muitas vezes os petistas a desestabilizar seus próprios governos, fazendo o papel de inocente útil para os adversários políticos.
17. Se analisarmos algumas administrações petistas que obtiveram sucessos e que apresentaram crises políticas, veremos que as mesmas originadas pelo PT, atingiram também o governo, assim aconteceu em várias capitais e municípios do Brasil.
18. O PT é decisivo para o bom governo, como poder ser decisivo para o mau governo. Então vivemos no fio da navalha: defender e sustentar o governo, mas com autonomia para não perder os vínculos com a sociedade e com o movimento social da qual originamos.
19. Por outro lado, o PT não pode ser pelego, um partido do “sim senhor” tem que estrategicamente se afirmar, pois o projeto de continuidade no Governo Federal e no comando político do Estado tem que dar certo. A instância partidária tem que ter um funcionamento próprio, legalidade nas decisões, inclusive em assuntos polêmicos e uma dinâmica na relação com os governos, parlamentares, filiados e com os movimentos sociais. Portanto, é preciso compreender que o governo passa, o PT não, pois virou patrimônio das utópicas do povo brasileiro e de boa parte das forças progressistas do mundo.
20. Por isso, nosso projeto partidário é estratégico, com o governo tendo um núcleo de esquerda forte, mas sem descartar uma tática com as forças de centro. Tudo isso, sem perder de vista que o PT é um partido de esquerda, que se referencia nos valores do socialismo democrático, é um partido de militância, de mobilização social. Ele compreende as políticas do governo e faz uma leitura delas, mas não vai revogar suas bandeiras.
21. O Brasil constituiu-se historicamente como nação dependente, cuja elite local autoritária sempre esteve associada na exploração externa da maioria da população.
22. No período mais recente, o governo FHC aderiu com força ao modelo neoliberal, privatizando e transferindo os bens públicos para o capital privado, este processo culminou com a ampliação da exploração das classes populares aprofundando o fosso entre a concentração de riqueza e a expansão da miséria e da violência e isto conseqüentemente atinge com mais força o povo negro e indígena que acaba sofrendo ainda mais com o resultado destas políticas, ficando evidenciado nos indicadores de pior situação de vida, desempregados, menor renda e refém da criminalidade.
23. Mas, ainda temos como desafios à ampliação de políticas sociais redistributivas de renda tais como: a valo-

- rização de políticas compensatórias. O redimensionamento da política econômica na perspectiva da etno sustentabilidade, de políticas do crescimento econômico e social com recorte étnico e da redistribuição da riqueza; no firme combate às práticas de discriminação racial na sociedade e nas estruturas dos governos, na distribuição de terras de forma justa como a titulação das terras de quilombos; a superação de práticas de corrupção e de mal uso de verbas públicas; a superação da democracia liberal/formal por uma democracia direta e participativa, com mecanismos de controle da população sobre as ações do governo.
24. Aprofundar mudanças estruturais são demandas ainda urgentes: reforma agrária, urbana, política, a democratização do Estado e da Comunicação, a educação pública de qualidade fazem destas demandas.
 25. A prática de poder na esfera brasileira tem sido hegemonicamente reprodutora dos valores de uma sociedade desigual onde o individualismo, a competição e a meritocracia – valores do capital – são aprendidos e justificam a exclusão – da grande maioria dos filhos dos trabalhadores do direito à saúde, a melhor renda e a educação.
 26. Muitas administrações petistas municipais e estaduais foram protagonistas na implementação de políticas públicas, mas, pouco avançaram, avaliamos que temos que avançar mais na criação de estruturas de governo que democratizem o poder oportunizando a estruturação financeira, a formação de quadros públicos em suas administrações criando o Fundo de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, revertendo às prioridades dos governos capitalistas que expressam o racismo no desenvolvimento de políticas públicas.
 27. A gestão democrática e participativa a democratização do acesso ao conhecimento, foram eixos centrais na ação de administrações petistas. No governo Lula também foi desencadeado políticas e programas direcionados para a superação dessa tradição excludente. Ações afirmativas como a criação da SEPPIR, o PROUNI, a políticas de cotas, busca saldar dívidas históricas com os setores negros, indígenas e outros desprivilegiados.

Plano internacional

28. A ordem político-econômica globalizada, fundamentada no neoliberalismo e na especulação do capital financeiro, articulada com a informatização de serviços, produziu a concentração de riqueza intensificando a exploração dos trabalhadores, sobretudo às classes menos favorecidas como o povo negro do Brasil e da diáspora. O estímulo ao consumismo, à degradação do ambiente e a complexidade das relações políticas, econômicas e sociais, tornam difuso o “ente” que explora e escraviza a força de trabalho.
29. Este cenário configura-se numa ameaça constante à autonomia dos países em processo de transformação e desenvolvimento, seja por meio da guerra, como no Oriente Médio, por incentivo às disputas territoriais no continente africano ou da “política de ajuda”, na América Latina, buscando dismantelar a insipiente coalizão que vem se construindo entre os países e culturas diferentes.
30. Diante do fracasso da experiência socialista do Leste Europeu, com a impotência da social-democracia para as grandes respostas da humanidade (no sentido da paz mundial, da igualdade racial e social e do combate à fome), o PT tem a obrigação de fazer uma nova reflexão sobre o futuro e, portanto, sobre a utopia, inclusive sobre a nossa inserção na economia globalizada, de modo que esta integração, não lese nossos interesses, mas afirme a nossa soberania.
31. Uma integração compartilhada e não uma integração subordinada que desenhe no horizonte imediato políticas públicas de ações afirmativas que fortaleçam o mercado interno, promova a recoesão social e a igualdade de oportunidades raciais.

- 
32. Ainda no âmbito da 3ª Conferência de Combate ao Racismo e outras formas correlatas de discriminação e em Durban – África do Sul, onde prevaleceu à orientação de lutar por políticas Reparatórias, aos povos que sofreram exploração e mutilação de suas identidades, precisamos avaliar o processo de distribuição de “PODER” no mundo.
 33. Movimentos internacionais como o Fórum Social Mundial surgem e ganham força como formas de resistência e construção de uma contra-hegemonia na perspectiva de uma democracia cada vez mais popular e participativa.
 34. Na América Latina, em especial, o resultado das últimas eleições em várias nações – Nicarágua, Bolívia, Venezuela, Brasil, Uruguai, Chile, Equador – expressa a inconformidade da opinião pública com os modelos anteriores coadunados com o neoliberalismo e as práticas de exercer o “Poder”.
 35. Essa disputa não se singulariza somente no modo políticos, assim como também se expressa no conceito de gestão do Estado e nas composições das direções partidárias e dos governos, tanto instituídos nos conceituados Partidos de Esquerda como os de Direita.
 36. Quando pautamos o lugar no negro na divisão do “Poder” e no campo das políticas públicas tais como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Geração de Renda e outros, quase sempre nos deparamos com algum tipo de subterfúgio, no qual um modelo neoliberal privatista e tecnicista esta sempre presente.

Por um PT mais forte

37. A chegada do PT ao poder transferiu boa parte da capacidade de decisão política partidária para o governo, esvaziando as instâncias partidárias e debilitando o partido enquanto força viva. A profissionalização política sem critérios definidos, a personalização de líderes, atrelada a decisões do Governo, vem substituindo a força da militância, consciente e apaixonada, sufocando o processo de construção política como ato coletivo histórico.
38. Sendo assim, o PT precisa resgatar sua autonomia enquanto força política, ter personalidade própria, capaz de fazer com que a gestão administrativa não se distancie do conteúdo programático partidário, ajudando na efetivação das políticas de governo, mas ao mesmo tempo apresentando o distanciamento crítico para fazer correções de rumo necessárias.
39. Simultaneamente, temos o desafio de potencializar nossos espaços políticos, buscando o fortalecimento do partido, a partir da nossa maior presença nos diretórios, prestigiando nossos dirigentes, parlamentares e lideranças.
40. Há também a necessidade do reavivamento das instâncias partidárias a partir da ativação das secretarias e dos setoriais, retorno das decisões políticas para os diretórios e a liberação de quadros capazes de prestar o acompanhamento, monitoramento e orientação necessária para nossos representantes nos executivos e legislativos.
41. Partimos do princípio de que os processos políticos são gestados coletivamente, levando seus atores a se engajar na sua construção a partir de sua habilidade, capacidade e formas diferenciadas de agir, daí a necessidade de reativação da formação política, de um sistema de comunicação eficiente, da maior presença da secretaria de organização nos diversos municípios e junto às demais instâncias partidárias.
42. Para tanto, estrategicamente, temos que nos organizar e disputar a instância deste setorial nacional, buscando contribuir e influenciar decisivamente nos rumos do PT e do Governo Federal, além de garantir nossa força política internamente.
43. A Tese FORÇA NEGRA NO PT tem a convicção de que somente um partido forte e unido entre si e com a sociedade, poderá consolidar um Estado forte. A mobilização social combinada com a formação

- sólida de quadros políticos terá sempre o desafio de manter acesa no imaginário coletivo das pessoas, principalmente junto aos setores sociais, de onde originamos, as novas plataformas de justiça e inclusão social, distribuição de renda, modernização do Estado, valorização da participação coletiva e do exercício pleno da cidadania num regime mais fraterno, anti-racista e sexista, mais solidário, democrático e libertário.
44. As modalidades de violência estrutural e cultural constituem-se num marco tanto para a violência do comportamento individual, quanto para aquela referida às estruturas organizadas e institucionalizadas. Tais formas de violência conduzem à opressão de grupos, de classes e de indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento ou até mesmo à morte.
 45. Nós, negras e negros de matriz africana, quilombolas, mulheres e juventude negra, diante do cruel genocídio dos povos negros e indígenas no mundo, temos organizado diferentes frentes de resistência à luta pela libertação do nosso Povo.
 46. Também contra as diferentes formas de opressão, as variadas forças de exploração e espoliação da força de trabalho dos negros e, sobretudo das mulheres negras, pela dominação das forças neoliberais, que massacram os povos pobres, os tornando indigentes e espalhando deliberadamente seu extermínio, sobretudo na África, legitimados pelo poder estatal, pelos meios de comunicação de massa e o mais grave, pelos parlamentos.
 47. A idéia de Democracia neste país é um simulacro, um mundo imaginário, um mundo ideal, porém muito longe de ser alcançado, pois predominam os interesses de grupos e não coletivos, as ações corporativas e não públicas, o mundo privado, o mercado.
 48. A nossa história não deriva da hipocrisia, o mundo negro, ao contrário, não é simulacro, é o mundo real da mais dura e crua REALIDADE SOCIAL, mesmo assim o governo democrático, orientado pelo PT, um partido de esquerda, de larga e respeitosa trajetória na história deste país, ainda não aprofundou a concepção de um Estado Democrático e de Direito, dos Direitos Sociais, do Direito Humano da Humanidade Negra.
 49. Um Estado que não preserva e não coloca suas riquezas naturais em primeiro lugar, não pode conceber a força da Terra, o sentido da Liberdade, o valor da paz. Por isso no campo e na cidade, a concentração de renda, a violência, a corrupção e impossibilidade de instituições democráticas, são chagas abertas no projeto da nação brasileira.
 50. Um parlamento que ainda representa as oligarquias e a tecnocracia de um país deve ser base para constituição de um grande debate sobre a Reforma Política e os rumos para construção da Democracia.
 51. Assim, as conquistas dos negros, pertencem às lutas de um Povo. Por exemplo, a aprovação das Políticas de Cotas nas universidades federais e estaduais por todo o Brasil avança para um sistema justo de acesso à educação pública com referenciais para além da classe social, ou seja, a cota racial envolveu no conjunto do movimento negro, diversos setores como a via camponesa, o movimento sindical, o movimento de mulheres e, sobretudo a juventude negra e não negra no contexto do estado mais Branco, machista e homofóbico deste país, e não menos reacionário no campo da manutenção de privilégios e dos interesses de indivíduos pertencentes às classes que querem manter-se no poder, no domínio das técnicas do conhecimento, dos meios de produção, dos poderes econômicos e políticos.
 52. A possibilidade da juventude negro pobre do campo e da cidade ter acesso a estruturas da Universidade Pública e, sobretudo, aqueles organizados nas lutas sociais, deve marcar nas próximas décadas a produção de um conhecimento norteado pela equidade social e por diretrizes de um desenvolvimento justo e sustentável.
 53. Também as soluções para problemas crônicos da sociedade brasileira, como a produção de bens e serviços que preservem o patrimônio histórico, cultural e ambiental das cidades, através de infra-

- 
- estruturas básicas nas áreas de habitação, saúde e saneamento básico, soluções que nasçam do Povo, porque seus pesquisadores e inventores serão do povo.
54. Portanto, companheiras e companheiros, nós estamos dizendo, não bastam conjecturas políticas que não alcancem as bases sociais onde estamos inseridos, ou serão que não somos mais base social? Somos meia dúzia de burocratas, tecnocratas disfarçados de campo de esquerda?
55. Nossa aliança com o PDT e com outros partidos deve prever uma composição na Câmara Federal, para a rediscussão da Justa Reforma Tributária, aquela que tributará as grandes fortunas, a reforma política, com financiamento público de campanha e fidelidade partidária, e um processo diferenciado que garanta a inclusão de setores historicamente discriminados, como negros, mulheres e juventude, entre outras tantas reformas.
56. Para nós, o Estatuto da Igualdade Racial é uma Reforma de base mental e cultural, sobretudo num país que não reconhece suas raízes, sua cultura, os valores dos diferentes povos que, portanto atrasa seu desenvolvimento, beneficia a classe dominante, não modifica as estruturas de poder enraizadas historicamente, o que tornou o Brasil por séculos, numa Grande Fazenda e atualmente numa Grande Favela, que mata no campo e na cidade, de fome, doenças, de violências, de exclusão, de injustiças sociais, de crimes muitas vezes cometidos pelo próprio estado.
57. E todos sabem quem são o alvo desta perversidade do sistema capitalista, não precisamos dizer mais, porém a Revolução Democrática na concepção das teses vencedoras do Congresso Estadual e Nacional do PT deve apontar para soluções práticas, e de ações imediatas.

A questão racial e o Partido dos Trabalhadores

58. Pretendemos focalizar uma descrição comparativa entre os problemas da esquerda – do PT – e uma visão de mundo comunitária – como se desenvolve na cosmovisão africana e sua capacidade de transformar o mundo com suas divergências, podendo contribuir para pensar a superação dos problemas vividos pela esquerda.
59. Quando falamos da crise de identidade do PT, nos referimos à grande crise que abala a militância do partido, fazendo com que, hoje, exista em suas bases um sentimento generalizado de que o PT “não é mais aquele”. Fala-se em burocratização, corrupção, ou seja, as decisões políticas são tomadas pela cúpula da direção do partido, pelos dirigentes que se mantêm por vários anos na direção.
60. Os candidatos e parte dos filiados não priorizam mais o trabalho de base, depositando uma confiança exagerada na capacidade de oratória, na visibilidade e até na contratação de especialistas em Marketing e Ciências Políticas em detrimento do discurso coerente do partido em substituição as campanhas e ação militante.
61. Quando falamos na construção de um olhar coletivo falamos da construção do poder e da ética na visão do AXÉ constituída nas comunidades de Matriz Africana, referimo-nos ao princípio básico de um programa que envolva ética e transparência, que move toda a cosmologia das comunidades afro brasileiras. Ou seja, na definição dos sujeitos que participam e vivem uma nova visão de mundo onde a participação é representada na força de cada integrante, “o AXÉ é a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir”. Sem esta força o AXÉ, a existência estaria paralisada, desprovida de toda a possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital.
62. O que propomos e que sempre estivemos dispostos a fazer “é uma construção coletiva onde não cabe o individualismo, a competição, este é o ponto de contradição com o capitalismo”. Em função disto, sem sermos redundantes o que seria chamado, na crise de identidade do PT, o convencimento dos indivíduos passando pela priorização do humanismo na cosmologia dos afro-brasileiros, a educação de

- AXÉ é feita permanentemente, desde a iniciação até o retorno do Orum (mundo invisível). Pois, se para adquirir estes conhecimentos e fazê-lo crescer é preciso vivê-lo, podemos então afirmar que a dicotomia discurso e prática não existe.
63. Aliás, a educação de AXÉ, no cotidiano, é à base do entendimento do real, do futuro e do passado. Somente a vivência comunitária poderá construir a identidade individual e coletiva, com harmonia, sem desigualdade, sem exploração de uns sobre outros e sem qualquer tio de opressão ou privilégio.
 64. A crise vivida pelo PT hoje é de projeto e de esgotamento de uma prática militante esvaziada, diante de uma nova realidade imposta pelo neoliberalismo. Sem dúvida, qualquer projeto revolucionário de superação da sociedade de mercado será proselitista, ou seja, deverá disputar espaços e símbolos com a classe dominante.
 65. Como afirmava Gramsci, “a luta de classes se concretiza numa disputa de hegemonia, através da guerra de posição e de movimento”. A guerra de posição se dá por meio de disputas ideológicas, de valores de visões de mundo, enquanto a guerra de movimento se dá no momento em que se evidencia uma disputa real de poderes.
 66. Entretanto, à esquerda e o PT, hoje, não conseguem superar a priorização do proselitismo, do discurso coerente e uma propagação exagerada de sua competência para exercer o governo de Estados ou da República tornando inócuo propagandear a posição do PT sobre a questão da opressão da mulher, da discriminação racial ou da dívida externa, por exemplo; deixando de lado tanto as conseqüências sociais quanto às subjetivas do desastre da exclusão social, política, econômica e cultural como condição psicológica dos indivíduos.
 67. Acreditamos que os acontecimentos e ensinamentos dos últimos períodos nos encaminhem somente em uma direção, ou seja, que os setoriais resgatem seu poder de voto nas executivas como anteriormente era no Partido, e que possamos resgatar a dignidade de ser petistas novamente ser o elo de ligação do partido com as comunidades, no sentido de resistir à tentativa de massacre e extermínio que as culturas e visões de mundo ocidental tentam impor às culturas milenares dos afrodescendentes .
 68. A herança das culturas milenares do passado africano, suas cosmologias, mitos e histórias não significam necessariamente visões ultrapassadas ou conservadoras. Mas podem representar uma das referências utópicas para a superação da crise da esquerda do Brasil, para o combate aos valores opressivos e discriminantes das classes dominantes e para a busca da conquista utópica, revolucionária e do socialismo democrático.

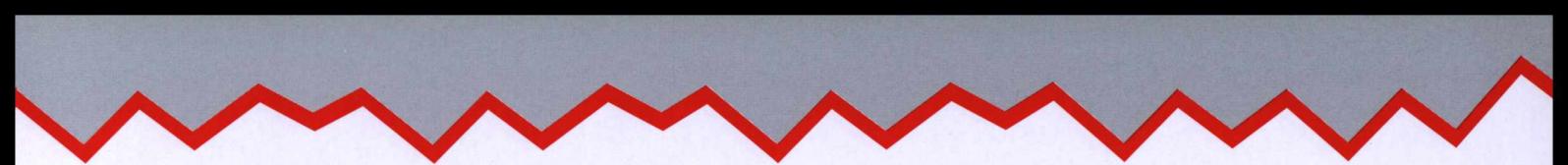
Candidaturas petistas e balanço eleitoral

69. Dadas às condições existentes, a Tese FORÇA NEGRA NO PT, reafirma a necessidade de continuar à frente do Poder Executivo Federal, nos Estados e municípios onde o PT já é governo e de ampliar a luta conquistando novos espaços em todo o país, tendo como objetivo a conquista de várias prefeituras e governos estaduais para a reeleição do nosso projeto com candidaturas próprias à presidência da república em 2010, para o qual devemos buscar influenciar e se possível indicar algum quadro político vinculado à causa negra, visando contribuir com o debate mostrando que estamos maduros para ajudar o partido optar pelo melhor perfil político para a sucessão do presidente Lula.
70. Sendo assim, o mote da candidatura petista deve reafirmar a necessidade do Estado brasileiro não retroceder e voltar ao passado, ficando novamente refém das oligarquias atrasadas ligadas a uma base econômica excludente que não deve ser mais determinante para o desenvolvimento do país que quer andar para frente, aprofundando e ampliando conquistas e distribuindo renda.

- 
71. Além disso, é necessário ampliar a participação de petistas negr@s nos pleitos eleitorais, preparando as condições necessárias para alcançar nossa representação nos poderes legislativos e executivos, principalmente, nos cargos majoritários nas três esferas (municipal estadual e federal).
 72. Considerando que mesmo tendo reeleito um presidente com a cara do povo, que vem de um partido igualmente do povo, a quantidade de negras e negros eleitos no último pleito (muito pequena) mostram nossas fragilidades.
 73. Primeiro porque foi modesta a nossa representação tanto em número de candidaturas quanto em número de reeleição dos parlamentares que tínhamos, ou seja, numa breve análise constatamos que diminuimos de tamanho tanto nas assembleias legislativas quanto na Câmara e Senado federais.
 74. Segundo porque, apesar deste governo ter implementado algumas políticas de ações afirmativas, as quais já citamos, isto não redundou no reconhecimento por parte do eleitorado e da massa de negras e negros que serão contemplados por estas políticas de que tínhamos candidatos (as) representando estas conquistas. Por isso precisamos refletir mais sobre as nossas táticas e estratégias políticas e eleitorais.

Nossas propostas

75. Diante das convicções acima a Tese FORÇA NEGRA NO PT, firma os seguintes compromissos com a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – PT.
 1. Fortalecimento da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – PT, através da participação efetiva dos seus membros obedecendo aos princípios do partido e tendo como base à luta histórica do Movimento Negro do País;
 2. Incentivar e apoiar a Eleição de Negros (as) pelo Partido dos Trabalhadores em todo o país nas eleições de 2008 e se possível influenciar na escolha do partido para a sucessão do presidente Lula em 2010.
 3. Fortalecer as verdadeiras lideranças negras petistas em todo o país, independentemente das tendências partidárias.
 4. Contribuir para a continuidade da construção e para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra, por meio dos governos federal, estaduais e municipais.
 5. Buscar maior aproximação e fortalecimento na relação e no diálogo com as instituições do movimento negro em nível nacional, estadual e municipal;
 6. Contribuir para a criação, crescimento, fortalecimento e formação do movimento negro em todo o país;
 7. Realizar periodicamente encontros, debates, seminários e palestras sobre a questão racial contribuindo para a formação das lideranças negras petistas de modo a influenciar as lideranças não negras que integram os diretórios regionais e municipais do PT;
 8. Influenciar e contribuir na elaboração dos planos de governos do PT, a cada novo pleito eleitoral garantindo as propostas políticas para a inclusão social da população negra, às políticas de ações afirmativas para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial;
 9. Articular, e fortalecer as relações com as demais secretarias municipais e estaduais de combate ao racismo do PT em todo o Brasil;
 10. Socializar as informações e valorizar a participação de negros e negras nas ações e decisões políticas internas do setorial de combate ao racismo do PT, sempre que for possível;

- 
11. Traçar estratégias e promover ações conjuntas buscando garantir a intersectorialidade, integralidade e transversalidade da temática racial no interior do partido com as demais políticas de inclusão social;
 12. Realizar reuniões itinerantes do coletivo do Setorial de Combate ao Racismo, sempre que possível, em alguns estados com representados no coletivo, fortalecendo e articulando núcleos regionais de discussão;
 13. Criar e manter banco de dados atualizados com informações sobre negros (as) petistas que ocupam algum espaço político em alguma esfera dos poderes legislativo, executivo e judiciário e de militantes atuantes em organizações negras;
 14. Constituir um coletivo forte que respeite a proporcionalidade do resultado do Encontro Nacional, que institua como referencial o fortalecimento regional constituindo as setoriais regionais;
 15. Fortalecer as políticas quilombolas, da juventude e de matriz africana como segmentos prioritários nesta gestão com traço fortemente marcado pela questão de gênero.
 16. Priorizar demandas sociais como genocídio da juventude negra, regularização dos territórios negros no campo e na cidade quilombolas e de matriz africana e a questão do plantio de eucalipto nas comunidades quilombolas, como temas centrais do plano de lutas da setorial na próxima gestão;
 17. Construir um plano de finanças, que envolva o partido, parlamentares e ações de base para constituição de um fundo setorial e a realização de um encontro específico para o planejamento desta proposta de gestão;
 18. Priorizar a implementação das ações afirmativas internas no Partido dos Trabalhadores;
 19. Discutir como o governo a implementação da Portaria nº. 33 do MDA de 08/03/2001 – que busca promover a democratização das relações entre homens e mulheres e a “igualdade” de oportunidades e tratamento no âmbito deste ministério;
 20. Discutir com o governo e sociedade civil organizada a implementação do Decreto Lei 4228 de 15/05/2002, que institui no âmbito da Administração Pública Federal o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências com as devidas alterações.

DEMOCRACIA PRA VALER

Apresentação

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não **virá**!

A democracia é um valor fundamental para o Partido dos Trabalhadores e neste momento em que vamos mais uma vez para o democrático exercício de eleições das secretarias setoriais, queremos expor aos companheiros e companheiras de partido algumas idéias e princípios que deverão nortear a atuação de nosso grupo neste processo e na vida partidária cotidiana.

Estamos nos propondo a contribuir nestas eleições do setorial de combate ao racismo com a reafirmação dos ideais que fazem do Partido dos Trabalhadores um partido de massas, onde a luta do movimento negro tenha eco e respaldo, onde a igualdade, solidariedade e justiça encontrem seus maiores defensores e onde o socialismo, a ética, os compromissos programáticos e o companheirismo sejam fortalecidos.

Queremos debater com todas as pessoas que dispensam e dispensaram os melhores anos de suas vidas à militância política e social, sem sectarismo e sem sobrepor a vontade de grupos e pessoas ante a vontade da coletividade dos que militam no combate a racismo.

Cenário internacional

Enquanto o mundo vive conflitos econômicos, étnicos e sociais, o Brasil mesmo sendo afetado pelos reflexos dessa crise, busca com sua política externa valores universais de unificação e integração, valores democráticos e pluralistas. A política internacional tem sido intensificada e motivada por mudanças que priorizam a continuidade das parcerias já estabelecidas com países desenvolvidos, bem como pelo investimento em novos laços com os países em desenvolvimento, com a ênfase nas relações sul-sul.

A integração com a América Latina é estratégica e fundamental para o governo Lula. O Brasil tem que ser protagonista dessa integração, que não é apenas econômica, mas também, geopolítica, cultural e social. Assim, consideramos que a partir do período de transição do regime autoritário para a democracia, os representantes diretos do neoliberalismo perderam terreno e triunfaram os setores que investiram numa posição ativo-propositiva, visando à construção da institucionalidade democrática e dos direitos de cidadania.

Destaca-se um firme propósito de recuperação dos laços com o continente africano, o que fortalece a política da promoção da igualdade racial, em âmbito interno e externo. Entre 2003 e 2007, o Presidente da República visitou 19 países africanos, gerando acordos bilaterais estabelecidos nas áreas de educação, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros. Especial atenção foi dada, também à participação do Brasil na Cúpula América do Sul - África, ocorrida na Nigéria em novembro de 2006. Assim, nesse fortalecimento da relação Brasil - África houve também a inauguração ou retomada de atividades de 12 embaixadas africanas.

Um outro aspecto importante no campo internacional é a intensificação dos debates, nas últimas décadas, no campo da economia e política; meio ambiente; direitos humanos; igualdade e diversidade entre



outros. Esses debates e seqüências institucionais desenvolveram-se por diversas vias, mas, sobretudo por meio das conferências mundiais convocadas pela Organização das Nações Unidas – ONU. Para as políticas de igualdade racial, destaca-se a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Xenofobia e Intolerância Correlatas² (realizada em Durban/África do Sul, em 2001)³.

Dando seqüência a estas formulações, na região das Américas, foi realizada no período de 26 a 28 de julho de 2006, a “Conferência Regional das Américas: Avanços e Desafios para o Plano de Ação Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”. Essa Conferência Regional visou atualizar as metas e medidas governamentais de combate ao racismo no âmbito nacional e internacionais, em continuidade da Conferência de Santiago (2000), que foi preparatória à “Conferência de Durban”. Em 2008, será realizada uma nova rodada de debates com conferência Regional da Américas promovida pela ONU com o apoio do governo brasileiro, reconduzindo as formulações mundiais nesse campo.

Cabe ao Partido dos Trabalhadores a compreensão e execução da tarefa política que o governo do presidente Lula nos delega em relação à África o de estreitar relações e reconhecer aquele continente como um locus importante para o entendimento e afirmação da identidade brasileira.

Disse o presidente Lula sobre nossa relação com a África: “Reafirmamos os laços profundos que nos une a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visando não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade de vida internacional contemporânea”⁴.

Ainda como tarefa política a militância e os dirigentes do Combate ao Racismo devem se preparar para intervir positivamente, enquanto setorial partidário no próximo Fórum Social Mundial que em 2009 retornará ao Brasil, sendo realizado na cidade de Belém do Pará.

O FSM representa um espaço privilegiado de articulação dos movimentos e organizações da sociedade civil e também o fortalecimento de suas reivindicações e agendas. As articulações sul-sul, as de escala continental e aquelas de esfera global se interligam em torno de propostas alternativas ao modelo que hoje se materializa mundialmente.

A construção de um outro mundo é possível. Para tanto, é preciso à incorporação da prática e o protagonismo dos movimentos sociais, em especial dos setores populares, que sofrem mais diretamente os impactos das desigualdades e por conseqüência colaboram, mais efetivamente, para as transformações da sociedade.

Nós, da Democracia Pra Valer queremos convidar a todas as forças políticas do partido para construirmos de forma conjunta nossa participação no Fórum Social Mundial.

Contexto nacional

O Brasil passa por um dos melhores momentos de sua história, no aspecto econômico e social, refletindo na positiva popularidade do governo e do presidente Lula, que obtém índices ainda mais altos de aprovação popular. A crise de crédito nos empréstimos de hipoteca nos EUA que poderá, junto a outros fatores, levar a um período de estagnação econômica naquele país mostrou a solidez da economia brasileira que até o momento não sofreu o impacto negativo que esta crise poderia gerar. Hoje nossa capacidade de resistir aos abalos externos é bem maior do que no passado recente.

Segundo dados do Banco Central, o Brasil superou um marco histórico neste último mês de fevereiro ao possuir mais reservas cambiais do que o montante de sua dívida. Este fato fez com que o país, em pouco tempo, deixasse sua condição de devedor e passasse ser credor no mercado internacional. Excluindo



os empréstimos do FMI, em 2002 as reservas cambiais totalizavam US\$ 16,3 bilhões, hoje totalizam US\$ 180,3 bilhões.

De 2003 a 2007 foram criados mais de oito bilhões de postos de trabalho formais, (governo Lula). Em toda era FHC a criação de empregos foram de apenas 700 mil postos. No setor industrial, em 2007, tivemos um crescimento de 2,2% no nível de emprego. De acordo com o IBGE, este é o maior índice da série histórica iniciada em 2001.

Na educação dois dados são de especial relevância para os negros e negras: no Prouni já foram distribuídas 415 mil bolsas de estudos beneficiando mais de 115 mil afrodescendentes; e quanto ao analfabetismo houve 35% de redução no número de pessoas maiores de 15 anos que não sabem ler nem escrever. Em 1995 este índice era 15,6 % baixando para 10,2% em 2006.

Com o programa bolsa família e outros programas sociais que distribuem renda entre aqueles que nada possuíam, mais de 12 milhões de brasileiros beneficiados saíram da faixa de extrema pobreza. Se fizermos um recorte racial nos atendidos por estes programas perceberemos que a imensa maioria é integrante da população negra.

No que diz respeito às ações voltadas exclusivamente para o atendimento à população negra, destaca-se o investimento de mais de dois bilhões de reais em recursos alocados em 15 ministérios do governo federal, para o atendimento das comunidades quilombolas do Brasil. Esta ação denominada agenda social quilombola será coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A ampliação dos direitos democráticos (ou a radicalização da democracia) e a criação de oportunidades iguais para todos ainda é um desafio a ser superado, apesar do bom momento em que vivemos. A erradicação da miséria, a ampliação de postos de trabalho, a universalização do acesso à educação, entre outros, devem estar combinados com um modelo de desenvolvimento nacional sustentável que leve a superação do atual regime capitalista que penaliza sobremaneira a população negra do Brasil e do mundo. Os esforços do governo e da sociedade somente terão sustentabilidade se construirmos a alternativa socialista para o povo brasileiro.

Política de transição para outro modelo organizativo, que combine presença institucional com forte organização de base, mais democracia interna, formação política e auto-sustentação financeira.

PT e construção partidária

O PT é um partido socialista, democrático, popular e pluralista, um projeto de transformações, de reformas e de mudanças políticas, econômicas e sociais, que ganha sentido a partir de uma perspectiva histórica. Esse caminho se dá pelo compromisso com uma sociedade fundada nos valores fundamentados nas relações sociais, humanas e políticas, os valores do socialismo. A luta pela igualdade social, pela universalização de direitos, contra qualquer forma de discriminação e pela solidariedade constrói a identidade petista, com essa visão emancipadora, de autonomia e de transformação. Não há mais no PT uma força majoritária que por si só diga para onde ir.

Considera-se que o afastamento das bases foi nocivo ao partido. Os setoriais passaram a cumprir uma formalidade estatutária e burocrática, foram transformados em instrumentos de assistência ao movimento social e ao diálogo com o movimento social tem de ser em outro patamar, com uma visão mais estratégica, na qual se diminua a distância entre o militante partidário e o militante social. O movimento social caracteriza-se como protagonista no partido. É preciso alterar essa relação e isso se faz trazendo e formando dirigentes que vão, nesses setoriais, ter outro papel.

Quando se discute o futuro do PT, é preciso considerar que ele está amarrado ao resultado do governo

Lula. Até para pensar a sua autonomia decisória, o partido tem que considerar a prática governamental.

De tal forma que, se quiser ir além do governo, o partido tem de tratar prioritariamente das questões estratégicas. É preciso combinar as questões táticas, de governo, com uma estratégia de longo prazo, programática.

O PT não pode reduzir sua reflexão e prática a movimentos reivindicatórios. Sua produção tem que ser a longo prazo, visando uma sociedade inclusiva. Em muitas cidades governadas do PT criou-se uma cultura que melhorou as perspectivas das pessoas. Essa realidade nos leva a pensar em futuros, na perspectiva de disputa de valores que promovem qualidade de vida para todos.

Papel da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Destaca-se o investimento do PT na atuação conjunta entre os diversos setores da sociedade, fazendo jus as suas linhas programáticas e prática política. Vale resgatar, no processo histórico, o encaminhamento proposto pelo III Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas ao X Encontro Nacional da criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – SNCR, cuja aprovação consta da Carta de Guarapari, documento que sela o compromisso da estruturação deste organismo.

Antes da existência da SNCR várias iniciativas ocorreram em âmbito estadual e municipal – Comissões e ou Grupos de Trabalho. Porém, os trabalhos foram descontínuos e incidiram pouco na definição da “cara” do PT. Os objetivos estratégicos da SNCR são: elaborar políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas, elaborar propostas para ações nos legislativos; contribuir na formação política dos filiados e militantes; ocupar as direções em todos os níveis; indicar candidatos negros para eleições nos diversos cargos de representação.

- Aprovar a Lei de Cotas (PL 73/1999), o Estatuto da Igualdade Racial e o PL que prevê a anistia pós-morte a João Cândido (O Almirante Negro);
- Propor ao Congresso Nacional a instituição do dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra em feriado nacional;
- Propor a reestruturação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência, ampliando o seu status ministerial para Ministério de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a ampliação da dotação orçamentária e financeira e dos recursos materiais e humanos, dotando-a de capacidade tecnopolítica e institucional;
- Estimular a criação de Secretarias de estados e municípios de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em todos os entes da federação – Estados, municípios e no distrito federal, com a missão de promover a incorporação da questão racial no âmbito da ação governamental, especialmente naquelas administradas pelo Partido;
- Incrementar a implementação de políticas de ações afirmativas, que em conjunto com órgãos governamentais, executem projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres e a juventude negra, para garantir o acesso e a permanência desses públicos nas diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, habitação, cultura). Com destaque na educação para a Lei 10.639, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira no sistema de ensino;
- Implementar ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social, articuladas com diferentes órgãos governamentais que tenha impacto na qualidade de vida da população negra com a introdução do recorte racial e de gênero nos programas do governo com ênfase na população negra nos programas de desenvolvimento regional, nos programas de urbanização e moradia de interesse social e no incen-



tivo à capacitação e créditos especiais para o apoio ao empreendedor (a) negro (a);

- Fortalecer as iniciativas do Governo Federal de contribuir para o desenvolvimento e integração dos países da América Latina e da ampliação da relação com o Continente Africano através dos acordos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, comércio e indústria, educação, saúde, cultura, agricultura e outros.

NOTAS

¹ Manifesto de fundação do PT¹ aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP) e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

² Esse evento, mais diretamente passa a ser denominado como “Conferência de Durban”.

³ Esse evento, teve como slogan: “Unidos para combater o racismo – Igualdade, Justiça e Dignidade e contou com a participação de cerca de 16 mil pessoas de 173 países. Pelo Brasil, estiveram presentes 500 pessoas, entre representantes do governo e dos movimentos sociais.

⁴ Discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2003.

TESE PROTAGONISMO NEGRO: ÉTICA NO COMBATE AO RACISMO

Apresentação

“Se Fazemos parte do problema, queremos fazer parte da solução”.

(Rap Brown, Black Panthers Party)

“O povo faz política, os pobres é que fazem política. Porque conversam, porque conversando eles defrontam o mundo, e buscam interpretar o mundo. E age, quando podem, em função do mundo”.

(Milton Santos)

Este documento é uma contribuição ao processo interno do PT para compor a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – SNCR. Sua ênfase caracteriza o racismo como um dos nódulos da teia de perversidade que produz os excluídos e os seus derivados - a pobreza e a miséria, característica marcante da base da pirâmide social. O que está exposto não é um guia de soluções, e sim a transcrição do sentimento de um coletivo que concentra esforços para promover a direção nacional das ocorrências nas comunidades negras. Tudo isso porque, bem sabemos, os problemas são complexos, o que exige soluções produzidas conjuntamente à base do diálogo local, com respeito a cada realidade e com estímulo à troca de experiências.

Os setoriais e as Secretarias Setoriais são mais uma peculiaridade do PT, que se traduz, grosso modo, em grupos de discussão, sistematização, formulação e articulação partidária. Considerando os filiados que atuam em áreas específicas, o objetivo dos setoriais é “... intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados”, respeitando sua autonomia. Atentos a isso, o coletivo que defende esta candidatura tem no interior de suas propostas os seguintes compromissos:

- Aprofundar o diálogo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo com os movimentos sociais;
- Reflexão e protagonismo negro na construção partidária, enfatizando a questão de gênero, diversidade sexual e geracional (criança e adolescente, juventude, terceira idade e pessoas com deficiência);
- Participação nos espaços de decisões partidária
- Priorizar o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial na pauta política;
- Trabalhar com unidade para defender os espaços construídos no PT e na sociedade;
- Defesa do Estatuto da Igualdade Racial (como fundo de promoção da igualdade racial) e PL que regulamenta as cotas nas universidades públicas;
- Defender as políticas públicas relacionadas às demandas das comunidades negras, levando em consideração a sua diversidade;
- Promover uma gestão democrática e participativa;
- Fortalecer o diálogo com todos os setoriais/secretarias, buscando a transversalidade do combate ao racismo.

Esses compromissos servem também como referência de atuação participativa, requisito necessário para o aprofundamento da democracia, já que pretendemos viabilizar o socialismo democrático, reiterado no III Congresso do PT. No projeto petista para a sociedade brasileira, a equidade, a justiça, a solidariedade



e a criação de condições para emancipar e converter os cidadãos em sujeitos de direitos e de transformação são suas bases fundamentais. Isso torna necessárias as conversas sobre ética e política permanentemente, para ajudar a atualizar as convicções que orientam o partido. Com isso espera-se reacender a paixão petista e recolocar as utopias fundadoras do partido no interior das discussões partidárias.

Para demonstrar que estas convicções e compromissos reúnem o conjunto de significados de nossa militância partidária, organizamos nossas idéias em torno de algumas reflexões. Em linhas gerais, buscamos respostas às grandes indagações na ética para explicar o fenômeno do racismo, que é um produto da violência. Neste sentido, a ética é um antídoto no combate ao racismo, primeiro tema desta tese. Também traçamos um pequeno esboço para mostrar como o racismo se movimenta. Como destacamos a necessidade do Protagonismo negro, expusemos algumas considerações sobre a relação do negro e o poder. E, por fim, elencamos um conjunto de desafios que também podem ser considerados como estratégias de combate ao racismo. Encerramos este documento com nossas propostas para fortalecer o SNCR, contribuir na construção partidária, intensificar o diálogo da Secretaria com a Sociedade por meio dos Movimentos negro, popular, culturais e sindicais, juventude, mulheres, GLBTT e religiões de matrizes africanas, contribuições para ampliar a atuação do governo Lula em vista do projeto petista e apoio ao protagonismo jovem.

Análise de conjuntura

A ética como antídoto no combate ao racismo

A violência racial da sociedade brasileira é estrutural. Podemos afirmar isso se considerarmos o racismo como uma das estratégias da rede de produção da violência, que tem como objeto os excluídos do capitalismo. Por possuir múltiplas faces, o racismo pode ser observado nas diferentes formas de negação da cidadania, que se apresentam como maior evidência nos sintomas do perecimento das cidades vem como na falta de infra-estrutura urbana, epidemias, condições de higiene precária, falta de saneamento básico, déficit habitacional, etc. Neste sentido, o racismo, por definição, é um instrumento de monitoramento da sociedade, uma vez que intensifica o processo de distanciamento entre o pobre e o rico e divide a sociedade em classes. Quem opera esta rede não é a “mão invisível” e aleatória das elites dominantes, e sim o mercado, hoje regido por um procedimento neoliberal”.

Para combater o racismo é preciso ir à raiz do problema: a violência. Levado às últimas conseqüências, o conceito de violência está associado a um processo que tende a tornar natural a dor, o sofrimento, a transgressão, mas tudo relacionado aos pobres. Por estes fatores, é importante considerar os referenciais éticos em todos os aspectos, cuja definição consiste em três bases fundamentais: sujeito ético; ação ética; e valores éticos. Com este último pilar podemos antecipar que a cultura, ou seja, os costumes e a memória de cada um, produzida em suas respectivas comunidades, devem ser levados em conta no processo de decisão que o sujeito ético, isto é, o indivíduo autônomo, em relação com outro indivíduo também autônomo irá tomar. Este argumento está baseado no que diz a professora Marilena Chauí:

“A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, trata-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. É sob este aspecto (entre outros, evidentemente), que o racismo é definido como violência”⁵.

Contudo, podemos ampliar a discussão sobre a autonomia humana, produzida pela capacidade de apre-

ender, conhecer e se organizar politicamente com os “diferentes” (subjetividade) para construir caminhos alternativos (interação/bem comum).

Mas tudo isso segue na direção contrária do que vem sendo produzido pela pedagogia da servidão e disciplina, que se caracteriza em: formar o escravo, na figura daquele que teme a morte que está presente no seu outro para garantir os interesses do mercado; e formar o servo, que é aquele que cumpre funções e sente prazer em favorecer o seu opressor – desejo de opressão! (servidão voluntária).

Uma vez que o racismo é uma das dimensões da violência e, particularmente no Brasil, sob a capa de uma pretensa “democracia racial”, como a separação da sociedade em “raças” é percebida, sobretudo, nas grandes cidades? Essa parece ser uma questão determinante para estruturar o processo de oposição a esta trama. E não só. Também é preciso saber se de fato o racismo está ligado ao projeto da democracia neoliberal. Se sim, então quais são suas ações simbólicas: Pois algumas maneiras de agir, quando inadequadas, cumprem a função de provocar a padronização dos modos de agir da sociedade. Isso vai à direção contrária daquilo que chamamos de ética, que tem como um de seus pressupostos a autonomia do sujeito. Para se opor a isso, convém investigar quais são os caminhos para garantir a formação do sujeito integral, ou seja, o sujeito ético, fonte dos seus direitos, autônomo, capaz de conviver com as diferenças. Por fim, é importante verificar se a igualdade formal dos cidadãos não tem por efeito perverso provocar o racismo, assim como, também, se ao combater a pobreza combate-se automaticamente o racismo.

Mas o que é racismo, afinal? Partindo de um sentido mais amplo, racismo é a naturalização das diferenças. Este fator é resultado de um esforço imensurável de conceber e desvalorizar alguns grupos como diferentes e inferiores de forma fundamental e definitiva. Por estes termos, o racismo é um estímulo à fragmentação de todas as esferas da vida social e traz como consequência a desumana polarização da sociedade.

Ao partirmos em busca de um ponto de origem vamos repousar no pensamento. Em última análise, o racismo é um modo de pensamento, uma vez que está relacionado ao corpo, ou seja, o modo de pensar o corpo. Na medida em que se atribui ao corpo – que é diverso, mutável e finito – valor universal estabelece-se aí a base do preconceito (conceito mal formado) das diferenças.

Já o sentido empregado ao conceito de “raça” não aponta para uma concepção biológica, e sim para uma condição social, psicossocial e cultura, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo o jogo de forças sociais e processos de dominação e apropriação. O processo que institui as diferenças como essência de grupos desiguais – que chamamos de racismo – é produzido na sua dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas e culturais. Portanto, a função do racismo é consagrar as hierarquias implicadas na divisão mundial do mundo do trabalho e reforçar as estruturas de opressão e de exploração. Com isso podemos afirmar que não é possível o socialismo democrático sustentável com o racismo.

Partindo desses pressupostos, somados ao fato que a emancipação dos negros e negras é condicionante para a transformação da sociedade em um ambiente solidário e justo, não é demais afirmar que o protagonismo negro é uma referência necessária às mudanças estruturais para efetivar o projeto do PT para o Brasil. Não podemos deixar de considerar que as elites parasitas dividiram a sociedade em classes para favorecer a hierarquização e obedecer à separação entre brancos de um lado; e de outro os negros, índios, mestiços, imigrantes europeus etc. Para Octávio Ianni, a divisão, a hierarquização é acentuada, reiterada, administrada, preservada e aperfeiçoada, tanto pelos ordenamentos jurídico-políticos como pelas “teorias científicas”, codificadas em termos de “evolucionismo”, “darwinismo social”, “arianismo” e outras denominações³. Temos reiterado aqui os objetos de nossa oposição. Para um socialismo democrático é preciso começar pelo combate ao racismo e a superação das diferenças de oportunidades, se não queremos ficar sujeitos ao constrangimento da contradição em nosso projeto petista.

Um bom ponto de partido para a superação da opressão de raça, gênero e classe, que está de acordo com a resolução do III Congresso do PT, são as ações afirmativas e o Estatuto d Igualdade Racial. “A assesso-



ra para a cidadania da Prefeitura de Santo André, Cristina Batista, nos oferece um plano de fundo bastante contundente para qualificar as ações afirmativas dizendo que...” dá um tratamento desigual para permitir a igualdade de oportunidades a quem está em condições inferior. A resistência ocorre porque promover a igualdade significa fazer os brancos perderem os benefícios do racismo. Mesmo sem ser signatários - e muitos são resistentes e combatentes em relação a ele – todos os brancos são beneficiários do racismo”.

Por se tratar de um instrumento regulador das políticas de igualdade racial, o Estatuto da Igualdade Racial, por sua vez, revela sua importância no fato de antever as necessidades para emancipar os negros e negras e de criar as condições de igualdade de oportunidades para o desenvolvimento humano para todos. Este é o cenário da ética descrito anteriormente. Para isso estão reunidas as diretrizes para políticas de promoção da igualdade em todos os campos, da educação ao mercado de trabalho, passando pela saúde pública. Com este aparato é possível por fim às diferenças gritantes que escravizam grande parte da sociedade e produz as diversas faces da violência.

Agora, a partir desta leitura das entranhas do racismo, vamos apresentar algumas das faces da rede de produção de violência em que o racismo opera, a começar pela manutenção da opressão às mulheres negras, seguido pelo desprezo às crianças e adolescentes negros, a invisibilidade dos jovens negros, a intolerância às religiões de matrizes africanas, as conseqüências dos danos causados ao meio ambiente para os negros e negras e as novas configurações do escravismo.

a) Mulher negra e o racismo

A mulher negra é o principal agente de transformação da sociedade e das comunidades negras. Podemos afirmar isso porque sabemos que a mulher negra é quem sofre o sentido último da perversa marginalização e opressão na sociedade. É, portanto, a fonte legítima do conteúdo político que desejamos empregar na vida pública. Principalmente quando se trata de desenvolvimento, a mulher negra protagoniza as iniciativas locais, na medida em que garante o emprego do sentimento do povo negro nas ações futuras. Essas considerações estão de acordo com o que diz a ONU, quando afirma que “... as mulheres são geralmente as mais pobres entre os pobres (...) eliminar a discriminação social, cultura, política e econômica contra as mulheres são pré-requisitos para a erradicação da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável”⁴. Esse, sem dúvida, é um forte pré-requisito para repensar a situação da mulher negra no Brasil se queremos ser eficaz no combate ao racismo e a pobreza em suas raízes.

Os traços que marcam a condição em que se encontra a mulher negra no Brasil nos remetem ao período da escravidão. De lá para cá houve poucas mudanças com relação às mulheres, que entre os marginalizados da sociedade permaneceram nas condições mais inferiores do sistema de exclusão e de racismo do país. Para confirmar essa afirmação, basta ver a colocação das mulheres negras no mercado de trabalho. Lelia Gonzalez trata com rigor esse tema no documento “Mulher Negra” (1984), ao demonstrar que “... 4/5 da força de trabalho negra tem uma inserção ocupacional caracterizada por baixos níveis de rendimentos e escolaridade”, fato que está de acordo como nossa realidade. E conclui: ... “As trabalhadoras negras encontram-se alocadas em ocupações manuais rurais (da agropecuária e da extração vegetal) e urbanas (prestação de serviços), tanto como assalariadas como autônomas e não remuneradas”.

b) Crianças e adolescentes e o racismo

O relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 mostra que fatores com raça, escolaridade materna e região de nascimento determinam as chances de uma criança superar ou não a pobreza. Crianças negras e nordestinas são as mais desfavorecidas. No Brasil nascem 8.200 brasileiros que por dia, cerca de 1.500 são da região nordeste. Cada um deles terá um quarto da chance de completar o primeiro ano de vida dos nascidos

no sul ou no sudeste. O representante da Unicef no Brasil, Reiko Niimi, afirma que “quase metade deles serão negros e terão duas vezes mais chance de não freqüentar o ensino fundamental, em comparação com as crianças brancas”. Estes e outros fatores denunciam a realidade que alguns custam a admitir: uma criança ou adolescente negro tem quase duas vezes mais chance de ser pobre que uma criança ou adolescente branco.

c) Protagonismo da juventude negra no combate ao racismo

Um fenômeno recorrente nas grandes cidades são os jovens invisíveis. Quando vistos com indiferença, os negros e negras ficam vulneráveis às várias formas de violência que ocorrem nas periferias e centros urbanos. Isso ocorre porque a humilhação, uma das faces da indiferença, antecede a violência. Se pretendemos combater o genocídio do jovem negro, então temos que fortalecer a juventude negra que luta pela observação dos seus valores e conquistas dos seus interesses. Além disso, é preciso buscar alternativas para superar as diferenças de oportunidades que assolam principalmente os negros e negras jovens, como a destinação injusta das vagas no mercado de trabalho.

O vergonhoso extermínio do negro está em curso, porém protegido pelo manto da indiferença, produzida pela máquina da opinião pública que forma os “tranqüilos observadores da dor”. A juventude negra masculina, com idade em torno de 15 a 24 anos, é costumeiramente agredida pela polícia, é o principal alvo dos grupos de extermínio e também a maior vítima da violência urbana nas grandes cidades. Eduardo Galeano nos lembra que “a polícia brasileira não nasceu para proteger os cidadãos. Foi criada, em 1808, para controlar os escravos. Os escravos eram negros, e negros é, hoje em dia, a maioria de suas vítimas”. Dói saber dessas coisas, mas é a mais pura realidade. Quem é negro e vive nas periferias das grandes cidades, por exemplo, provavelmente terá ouvido falar na repressão do COE – Comando de Operações Especiais de Salvador; do BOPE (Tropa de Elite) e do CAVEIRÃO da cidade do Rio de Janeiro; da BRIGADISTA do Rio Grande do Sul; e da ROTA e da “OPERAÇÃO SATURAÇÃO”, ambos da polícia militar do Estado de São Paulo. Isso faz parte de um processo que visa naturalizar o extermínio e criminalizar o negro e a pobreza. Essa constatação é confirmada pela indiferença da opinião pública produzida pela mídia quanto ao inegável genocídio dos negros desse país.

Não podemos ignorar o fato de as perseguições que os jovens negros sofrem estarem relacionadas ao sistema que abastece a “indústria” das prisões. Além de humilhar e desqualificar a população negra, o sistema penitenciário, com o auxílio do poder judiciário com orientação racista, mantém as prisões em condições precárias e superlotadas e favorece o mercado que se beneficia disso com os serviços terceirizados que oferece.

Por isso, reconhecemos a necessidade de impulsionar e apoiar a juventude negra organizada, por seu inegável protagonismo no combate ao racismo e no seu relevante papel na transformação da sociedade em um espaço plural, justo e solidário. A exemplo disso, consideramos que a valorização de Movimentos Culturais e Sociais que tem à frente a juventude negra, como o Hip Hop, que conserva um repertório de saberes acumulados pelos jovens negros que vivem o drama diário de suas comunidades empobrecidas materialmente, também é parte das estratégias que defendemos de combate ao racismo. Essa riqueza cultural presente nas comunidades conta também com criativas formas de comunicação e interlocução com a sociedade, produzidas pelos rappers, grafiteiros, DJs etc.

d) A intolerância às religiões de matrizes africanas como produto do racismo

Outra prática marcante de violência contra os negros e negras é a satanização de suas relações com o sagrado. As religiões de matrizes africanas têm sofrido perseguições explícitas por parte daquelas religiões cujas matrizes são consideradas “oficiais”. Para isso contam com a ajuda da mídia, que sem critério também



cumprem vorazmente esse papel. E isso ocorre mesmo estando na contramão das garantias de liberdade religiosa asseguradas pela Constituição. Esse direito conquistado pelos brasileiros em 1988 carrega, além da espiritualidade constituinte da condição humana, também a força mobilizadora produzida pela identidade cultural. Talvez por isso, a discriminação religiosa cumpra a função de desestabilizar as relações singulares e de arrancar as raízes que fixam e produzem o reconhecimento das novas gerações quanto às suas origens.

Em outras palavras, a repulsa por essas religiões tem por finalidade a rejeição da continuidade dos costumes afro-brasileiros, por um lado; e por outro, a afirmação da dominação, nesse caso sob a forma de fundamentalismo religioso, isto é, de padronização da fé. Lembrando sempre que o desconhecido (ou não reconhecido como o mesmo em uma de suas formas diversas) deve ser perseguido e eliminado. Em última análise, a intolerância religiosa contraria o já exposto sobre a ética quando afirma a necessidade da conservação e o reconhecimento dos valores para o fortalecimento humano em um de seus pilares. Afinal, o que está em jogo é a formação integral do sujeito que deve, entre outros fatores, às motivações profundas produzidas pelo reconhecimento do seu protagonismo histórico baseado em sua identidade étnica e religiosa.

e) Meio ambiente e racismo

Nós estamos consumindo quase 30% além da capacidade de reposição do planeta. Esta, seguramente, é uma das causas do aquecimento global. Mas o que o racismo tem a ver com isto? Muito. Vale destacar o fato de que os maiores afetados pelos fenômenos naturais causados pelas mudanças climáticas são os pobres sobreviventes da base da pirâmide social. É em função disto que o combate ao racismo tem muito a ver como aquecimento global. Então, podemos verificar nos sintomas do perecimento das cidades – a produção de excessos, vulgarmente chamado de lixo, o desrespeito, a miséria, a mendicância, a ocupação desordenada etc. – o empobrecimento acentuado, doenças negligenciadas, proliferação da miséria, morte precoce de crianças, adolescentes e jovens, epidemias, e, em consequência disto tudo, a produção dos novos escravos, excluídos e a inevitável anulação da vontade de viver.

f) Escravidão pós-moderno

Assim como o racismo tem diversas faces, o escravidão igualmente tem. Uma vez que possamos recorrer a um sentido mais abrangente, por definição, o escravo poder ser caracterizado como aquele que de tão alienado entrega-se totalmente ao seu opressor em troca da garantia de sua subsistência. Para utilizar a si mesmo como moeda de barganha é preciso renunciar à própria liberdade civil; o que significa renunciar a qualidade de vida e os direitos, já que escravidão e direitos são contraditórios e excluem-se mutuamente. Hoje o escravo é daquele que se submete às mazelas do mercado visando apenas atingir, a qualquer custo, um patamar mais elevado da pirâmide social. Mas a elite está muito atenta a isto. Basta ver o esforço concentrado em criminalizar a pobreza. Normalmente as tentativas do pobre de ascender economicamente são consideradas criminosas.

g) Inclusão Digital: acesso da população negra às tecnologias ainda é pequeno.

Um parceiro importante à inclusão digital é a educação. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Note que educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo.

Ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos (nas esferas federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGS), escolas e universidades. Governos

e empresas privadas devem atuar prioritariamente na melhoria de renda, suporte à educação bem como tornar disponíveis equipamentos à população.

“Os espaços que deveriam promover e democratizar o acesso às novas ferramentas tecnológicas acaba beneficiando grupos privilegiados”. O estudo constatou que em Estados pobres do Brasil, como Alagoas, o acesso à internet de setores como a maioria da população negra é de 0,5% do total.

Em comparação, 77% da população branca do Distrito Federal, a região com mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, tem acesso à web. “A política de informatização das escolas foi pensada para democratizar e quebrar a exclusão, mas não está ocorrendo isso”. De acordo com os dados, 28,3% da população branca com 10 anos é que mais utiliza a internet nos últimos três meses anteriores à pesquisa do IBGE. Entre os negros, essa porcentagem é de 13,3%. Segundo a pesquisa, entre os 40% da população mais pobre, 5,7% conseguiram acessar a rede, enquanto nos 10% mais ricos esse índice é de 58,7%.

Por motivos como estes, o acesso à informação e as novas tecnologias tem sido amplamente debatidas no âmbito dos movimentos sociais e da gestão pública. E neste sentido, estratégias deverão ser viabilizadas não basta somente o governo ceder equipamentos para as comunidades, mas é preciso também criar núcleos de informação. “Temos que criar núcleos de informação permitindo que nossa população negra tenha acesso aos conhecimentos necessários para se apropriar dessas tecnologias e fazer uso delas para o próprio desenvolvimento”.

h) Relações Internacionais e o combate ao racismo

O Brasil iniciou um processo de mudanças significativas a partir do Governo Lula. Essas mudanças também ocorrem na América Latina e tem conseqüências no cenário internacional.

Temos de ter capacidade e grandeza para entender a importância e o papel do PT, da liderança do presidente Lula e do Brasil e no continente e no mundo. Há condições para a América do Sul se transformar numa comunidade de nações e para haver uma integração que deve ser, em primeiro lugar, política e, depois, econômica, cultural e social.

O mundo vive uma época de barbárie fragmentada, enquanto a América Latina está construindo experiências de agregação. Cresce a adesão à democracia em nosso continente, porque as massas populares estão se identificando com as experiências de governos que dialogam com elas e atendem as suas aspirações e reivindicações.

A política externa de nosso governo é importante, também, pelo diálogo aberto com a África e a Ásia, pela ampliação do comércio exterior com os Estados Unidos e a Europa, pela liderança no G20 e pelo papel protagonista exercido pelo Brasil frente às grandes questões da política internacional.

O Governo Lula foi firme ao condenar a invasão do Iraque, ao defender a democracia na Venezuela e enviar tropas para garantir a paz no Haiti. Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital.

Os países africanos têm sido praticamente dizimados com o projeto global de expropriação neocolonial das suas riquezas minerais, da sua matéria prima e da sua cultura e se transformam em verdadeiras lixeiras humanas, com suas populações sendo dizimadas pela miséria, pelas guerras induzidas e financiadas pelas grandes potências e com o contínuo saque de suas riquezas. A construção de uma aliança entre países da América Latina, África e Ásia como forma de enfrentamento ao poder das grandes potências é a resistência possível em termos de geopolítica internacional. Em termos nacionais, a população negra só tem alternativa a partir da constituição de um modelo de Estado voltado para o atendimento das demandas sociais e para a correção das injustiças históricas a que foi submetida.

Por esta razão, as mudanças políticas que ocorrem em diversas nações latino-americanas se apresen-



tam, em primeiro lugar, com uma postura soberana na geopolítica internacional, e no plano interno, em políticas de redistribuição de riquezas e redefinição do papel do Estado. Por isso assistimos aos embates e polêmicas presentes na postura de alguns governantes latino-americanos, como Venezuela, Argentina, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Equador, Paraguai, Brasil e Haiti.

Diante desse breve contexto, propomos:

1. Na política internacional, defender a continuidade do processo iniciado pelo governo brasileiro junto à Organização dos Estados Americanos – OEA com a criação da Relatoria para os Direitos dos Afrodescendentes na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e aprofundar o processo de adoção da Convenção Interamericana Anti-Discriminação, cujo projeto foi aprovado na última assembléia geral da OEA, através de uma articulação conjunta entre a SEPPIR e o Ministério de Relações Exteriores.
2. Fortalecer as iniciativas do Governo Federal de contribuir para o desenvolvimento e integração dos países da América Latina (essa região possui uma população negra próxima de 150 milhões de pessoas e de cerca de 40 milhões de indígenas) e da ampliação dos laços de amizade e cooperação do Brasil com o Continente Africano através dos acordos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, comércio e indústria, educação, saúde, cultura, agricultura e outros.
3. Ampliar o debate com a sociedade brasileira no que diz respeito à realidade política e social do Haiti, em especial, sobre o papel que o estado Brasileiro cumpre nas relações com o Haiti no que se refere à presença militar brasileira naquele país.
4. Promover a aproximação e os laços de solidariedade dos movimentos sociais negros do Brasil e a sociedade civil dos países africanos visando o fortalecimento político das organizações políticas sociais e culturais dos povos africanos.

Balanco do governo Lula

Tendo à frente o presidente Lula, podemos ver os avanços de um governo comprometido com os pobres. É o que podemos confirmar com algumas ações que estão relacionadas ao combate ao racismo e à pobreza. Nesse governo não é difícil observar a redução das desigualdades nos indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo – que expressa a medida das condições materiais e imateriais, como renda, qualidade de vida, saneamento, bens culturais locais e regionais, relação com a comunidade etc., atributos necessários para a formação integral sujeito, aquilo que chamamos de cidadão – conta com o Brasil entre os países com altos índices pela primeira vez. Igualmente impressiona a superação da meta de reduzir pela metade a extrema pobreza até 2015, determinadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Embora não haja um recorde desse objetivo ligado diretamente ao racismo, é possível notar a mudança de configuração da base da pirâmide social onde opera. Entre os anos de 2003 e 2006, 9,7 milhões de brasileiros saíram da miséria. Enquanto que cerca de 20 milhões migraram das classes D e E para a classe C, no período de 2002 a 2007.

Neste cenário também é possível constatar a elevação da qualidade de vida dos brasileiros, ao observar a crescente expansão da energia elétrica e da telefonia nos domicílios. Nota-se também o aumento no acesso a água, saneamento básico e coleta de lixo de 2 a 3 percentuais nos últimos 4 anos. Talvez a medida mais evidente da reconfiguração da pobreza seja o acesso a bens de consumo duráveis na casa dos pobres, com ge-

ladeira, máquina de lavar roupa e televisão, cujo crescimento saltou para índices significativos de 2005 a 2006.

Na educação, como era de se esperar, o governo Lula tratou primeiro de aliviar a dívida social com os marginalizados e excluídos ao oferecer um tratamento “desigual” para produzir a igualdade de condições e oportunidades para todos. Vemos isto nos programas ProJovem, ProUni e Brasil Quilombola que juntos, em 2007, haviam incluído mais de 500 mil jovens pobres, a maioria negros e negras, no ensino técnico e superior. Com as crianças e adolescentes não foi diferente, pois 97,6% com idade entre 7 e 14 anos estavam na escola em 2006. Além disso, temos a lei 10.639/03 sancionada pelo presidente Lula em 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e da História do negro e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, públicos e privados, ancorados nas diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

Esta mudança de foco do governo está de acordo com o desejo de mudanças estruturais necessárias para aprofundar a democracia que queremos. Mas ainda estamos longe disto. Talvez seja preciso consolidar as iniciativas que já demonstraram eficácia em tirar o excluído da extrema pobreza e depois incentivar o diálogo. É a partir daí que começa a politização da sociedade. Ninguém quer saber de conversa quando está com fome. O presidente Lula tinha isso claro quando disse em seu primeiro pronunciamento que todo brasileiro tem direito de comer pelo menos três vezes por dia. Programas como o Bolsa-Família, que em 2008 já socorre 11 milhões de brasileiros; e o Luz Para Todos, que tira da penumbra mais de sete milhões, são exemplos de iniciativas que permitem ao pobre conversar mais entre si, em suas comunidades, para gerar e organizar as novas demandas e assim melhorar o convívio local. Isto é política. Portanto, reduzir os programas sociais deste governo a assistencialismo e, no mínimo, insensibilidade e incompreensão política.

Se pudermos considerar, por definição, que a política é um produto do diálogo adequado, então o governo Lula está contribuindo muito para a efetivação da democracia popular e participativa ao promover o fortalecimento das instituições democráticas. A frequência de mais de quatro milhões de pessoas nos conselhos e conferências são a medida do reconhecimento da importância do diálogo e das singularidades locais e regionais. Neste sentido, podemos afirmar que a democracia brasileira está mais madura com a abertura de novos canais de diálogo do Governo com todos os setores da sociedade, em particular os que eram excluídos e marginalizados, como os catadores de papel. Entre os espaços para diálogo podemos destacar a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE e o Conselho nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR; além da consolidação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH.

Os grandes diferenciais do governo Lula quanto aos meios de diálogo para politizar a gestão pública não se limitam apenas aos conselhos, comissões e conferências. Sua abrangência está também no interior da administração, que pode ser notada na pluralidade da agenda do presidente. Além disso, algumas parcelas da sociedade que foram reduzidas a “minorias” ascenderam aos espaços de decisão do governo com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, com o fortalecimento das Secretarias de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Todas estas secretarias passaram a ter status de Ministério.

A SEPPPIR desenvolve articulações nas áreas da educação (cotas e processo de implementação da história africana no currículo escolar), saúde (Programa Nacional de Anemia Falciforme e medidas para a diminuição da mortalidade maternas, infantil e juvenil), trabalho, cultura, segurança alimentar e nutricional e segurança pública, cada uma com um ministério diretamente correspondente. Ocupa-se também em criar as condições necessárias para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida nos Quilombos. Nas comunidades reconhecidas, serão investidos cerca de R\$ 170 milhões, para fornecimento de água de boa qualidade e adequação do esgotamento sanitário para mais de 40 mil quilombolas.

Não podemos deixar de destacar que os índios são as primeiras vítimas do racismo no Brasil e por isto



não fazem parte das ações prioritárias deste governo. Nas áreas indígenas o governo Lula também vai investir cerca de 295 milhões em abastecimento de água tratada e encanada, beneficiando 62% da população indígena. Em esgotamento sanitário, o objetivo é atender a dois terços da população. As melhorias beneficiarão, até o ano de 2010, cerca de 200 mil indígenas em todo o país. Será levado saneamento a pequenas comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos a municípios priorizados de até 50 mil habitantes e grupos sociais especiais, como as comunidades de quilombolas, indígenas, assentados rurais, além das áreas de relevante interesse epidemiológico do país.

Em relação às mulheres a atenção não poderia ser outra senão aos abusos a que são submetidas, uma vez que são as principais vítimas da violência doméstica. Para contrapor a isso ocorre a ampliação da rede de atendimento às vítimas de violência mediante reforma e construção de locais especializados para atender mulheres em situação de violência; capacitação de 10 mil profissionais; 250 mil atendimentos através do “ligue 180”; implantação do Observatório da Lei Maria da Penha. Este empenho é parte de um esforço concentrado que também pretende combater a exploração sexual e o tráfico de mulheres.

Com estas ações o governo Lula torna evidente que a prioridade agora é produzir condições iguais para costumes, cultura e classe econômica diferentes. E não só. Mostra também que ainda há muito a ser feito, que depois de igualar as condições teremos um longo caminho para estabelecer e manter uma distribuição de renda justa e consolidar a democracia participativa que defendemos.

Desafios e estratégias de combate ao racismo

A apresentação do negro nos espaços de poder não pode ser notada tão facilmente. Isto se deve, entre outros fatores, ao fato de que sofremos o reflexo de uma herança preconceituosa que se fixou simbolicamente no imaginário da sociedade brasileira. Para refletir sobre a participação do negro na política e nos demais espaços de poder, é importante ter em vista o significado da política em sentido mais profundo. Para isto, podemos recorrer à definição oferecida pelo Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, que diz que a “... qualidade política implica a capacidade de construir consciência crítica, organizar-se politicamente de modo a transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade”⁶.

Atentos a esta concepção, acreditamos que este eixo de discussão não se limita apenas às esferas de poder institucionais, mas, principalmente, no dia-a-dia das comunidades em que os negros vivem, considerando seu protagonismo e seu potencial transformador. Ao observar isso, lançamos um conjunto de desafios e estratégias que acreditamos serem necessárias para atingir a essência do racismo e não somente os seus efeitos:

- **Redes de cidadania** – Conforme afirmamos antes, o racismo obedece a uma rede de produção de violência. Para se opor a isto é preciso detectar e acionar a rede de produção da cidadania das comunidades e estabelecer ações integradas com os atores sociais locais.
- **Diminuição da pobreza** – É inegável que a miséria e a pobreza estão presentes na base da pirâmide social. Este é o lugar que o racismo opera, tendo em vista o controle da hierarquia do sistema capitalista. Residem nesta base os excluídos de forma geral, estimulados pela disputa consumista até com os “zero econômico”, que tenta a sobrevivência mesmo estando abaixo da linha da pobreza. O presidente Lula atendo a isto, afirma que “pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64% dos pobres e pelo menos 70% dos indigentes brasileiros são negros, como também

a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros”⁷. Como estratégia, o combate ao racismo, visando também estas perspectivas, tende a diminuir a pobreza e elevar o desenvolvimento humano aos níveis dignos e aceitáveis.

- **Redução da burocracia** – A burocracia opera com três bases fundamentais: a hierarquia, ao acentuar a relação necessária de comandante e comandados; a rotina, que faz com que os servidores da máquina se encarreguem sempre da mesma função; e o segredo, que mantém as informações sob o controle de um grupo de privilegiados que cumpre o papel de comandar e alienar/escravizar. Ora, isto é a contramão da democracia. É preciso desobstruir as conexões institucionais que impedem a efetivação da gestão democrática dos poderes.
- **Diagnóstico participativo** – O racismo tem diversas faces. Talvez por isso não seja possível para alguns caracterizar certas ações como racistas. Ao mesmo tempo, amplia-se a margem dos que não se consideram vítimas, uma vez que estamos sob a capa de um racismo, na maioria das vezes, velado. Quando a isso, é preciso estimular o diálogo local permanente para identificar e combater o sistema de produção de violência, que opera em cada lugar com diferentes características e, com isso, escraviza e impede a emancipação dos jovens, principalmente a dos negros e dos índios.
- **Isonomia** – Promover a igualdade de oportunidade e de tratamento, baseada nas diferenças seculares e culturais e não nas leis inertes.
- **Culturas singulares** – Criar medidas que assegurem reconhecimento do poder público quanto às diferentes identidades dos cidadãos. Espera-se com isso confrontar a produção e a padronização cultural, que representa o esquecimento das culturas singulares.
- **Diálogo local** – Estimular a quebra de silêncio que encobre a violência do racismo, ao disseminar e estimular debates locais. Esta é uma forma de romper com o processo que visa provocar o esquecimento das memórias e costumes para enfraquecer as comunidades e aumentar a competição selvagem, pré-requisito do capitalismo.
- **Planejamento participativo** – Problematizar o cotidiano para produzir soluções conjuntas, pois a evidência das soluções é menor que a evidência dos problemas.
- **Poder às mulheres** – Contribuir para aumentar a participação da mulher negra na política como forma de estimular a qualidade de vida das comunidades, já que a maioria das mulheres negras hoje está à frente de suas famílias;
- **Violência disciplinadora** – Assumir o debate para combater as teorias educacionais, formuladas pelas elites que estimulam o racismo, a higienização, a disciplina, o controle e a desumana polarização social.
- **Pluralidade cultural** – Propor que haja ênfase na pluralidade cultural nos currículos dos cursos superiores que influenciam diretamente a vida dos pobres, como psicologia, pedagogia, direito etc.
- **Metas do milênio** – Estimular o PT e os movimentos sociais a monitorar com mais precisão o desempenho do Brasil nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - uma série de metas socioeconômicas firmadas em 2000 que os países da ONU se comprometeram a atingir até 2015, englobando as seguintes áreas: erradicação da extrema pobreza; universalização do ensino básico; promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres; redução da mortalidade infantil; melhoria na saúde materna; combate ao HIV/AIDS, à malária e a outras doenças; garantia da sustentabilidade ambiental e promoção de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Propostas

Para garantir o funcionamento integral da SNCR e o cumprimento de suas atribuições definidas no estatuto do PT, este coletivo defende as seguintes propostas.

Construção partidária

1. Garantir a participação efetiva da SNCR nas instâncias de decisões e nas grandes discussões partidárias;
2. Articular para que haja ampla interação da SNCR no interior do partido;
3. Inventariar a atuação do combate ao racismo do PT para visualizar quantos militantes estão envolvidos direta e indiretamente, além de publicar as experiências singulares das regiões e locais;
4. Realizar campanhas de filiação de negras e negros no PT;
5. Criar as condições para que os setoriais de combate ao racismo tenham acento na direção nacional do PT com direito a voto;
6. Incentivar e apoiar a nova direção do PT que sinaliza que vai priorizar os movimentos sociais;
7. Potencializar a projeção que foi dada aos setoriais nesta gestão da direção nacional do PT;
8. Realizar planejamento com os Estados para maior proveito da atual oportunidade que a conjuntura oferece de ampliação e construção do setorial de combate ao racismo;
9. Criar meios de interlocução entre a SNCR e os diretórios zonais; as macro-regiões e as Secretarias Municipais, através da SECR;
10. Incentivar a atuação mais efetiva das secretarias estaduais existentes e apoiar a criação de novas SECR;
11. Estimular candidaturas de negros e negras para as eleições 2008 e 2010 e criar as condições necessárias para efetivá-las;
12. Garantir que os temas de interesse da militância negra petista estejam presentes nos diversos meios de comunicação do partido (boletins informativos, sites, programas de TV etc.).

Gestão democrática e participativa pelo fortalecimento da SNCR

1. Estabelecer diálogo permanente com as Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo para garantir sustentação política nas intervenções regionais;
2. Produzir campanhas institucionais para dar visibilidade às ações da SNCR;
3. Manter a militância sempre informada sobre as ações da SNCR e as atividades empregadas nos Estados;
4. Promover uma gestão democrática e participativa na SNCR para garantir a aproximação da militância petista, inclusive de outros setores do partido;
5. Fazer valer ao nacional e aos estaduais o status de secretaria do setorial de combate ao racismo no interior do partido, pois carece de projeção e visibilidade;
6. Fortalecer os estados que ainda não possuem secretarias estaduais de combate ao racismo do PT para sensibilizar e ampliar a adesão da militância;
7. Propor e promover cursos de formação política com ênfase no combate ao racismo com recorte de gênero;
8. Criar fórum de discussão permanente entre a SNCR e as secretarias estaduais;
9. Facilitar a comunicação e o acesso a informações da SNCR;

10. Estimular a criação de espaços de organização, discussões temáticas e formulação de estratégias de combate ao racismo;
11. Propor um plano de recursos materiais e imateriais para potencializar e expandir a atuação da SNCR;

Diálogo com a sociedade

Movimentos negros, sociais, sindicais, juventude, mulheres, religiões de matrizes africanas.

1. Intensificar o diálogo com os grupos e os diferentes setores que atuam no combate à violência;
2. Ampliar o diálogo com a sociedade através de reuniões, palestras, encontros, conferências, seminários, debates, etc.;
3. Pautar as estratégias de combate ao racismo da sociedade para fortalecer as discussões;
4. Ampliar a interlocução com os movimentos sociais, tais como seguimentos religiosos de matriz africana e mulheres negras, tanto quanto os conselhos municipais das comunidades negras;
5. Diagnosticar com clareza e com rigor a atual relação dos movimentos sociais em cada setor com o partido e com os governos petistas em todas as esferas;
6. Contribuir para que as agendas dos movimentos sociais sejam levadas constantemente às executivas do partido, a fim de que o partido discuta e se posicione sobre as agendas dos movimentos sociais, construindo um elo permanente entre a pauta política institucional e a pauta social;
7. Pautar a discussão com os sindicatos e centrais sindicais à Convenção III da OIT;
8. Apoiar e contribuir para fortalecer as lutas do movimento negro e das mulheres negras no Brasil, na América do Sul, África, Haiti e na diáspora: Congresso de Negras e Negros do Brasil, Amazônia Negra e outros;
9. Estreitar a relação entre o PT e o movimento negro brasileiro e internacional;
10. Estimular e fortalecer o diálogo entre a militância negra petista e os militantes do movimento social. Sindical e popular africanos;
11. Propor ao partido uma reflexão sobre os 120 anos da abolição e o que legado histórico e o 13 de maio deixaram para o povo negro no Brasil;
12. Desenvolver um Programa de Apoio aos Projetos Culturais e às Ações Afirmativas das Entidades Representativas das Organizações do Movimento Negro;
13. Adotar o princípio da não-discriminação nas políticas sociais, o que significa diagnosticar, localizar, planejar, definir diretrizes e metas para eliminar fontes de discriminação direta e indireta, bem como todas as desigualdades.

Fortalecimento do projeto petista

1. Estabelecer vínculo, dialogar e estimular a criação de SMCR e fóruns permanentes de discussão nas prefeituras governadas pelo PT;
2. Apoiar a implementação e pautar o debate no partido, movimentos sociais e na sociedade sobre a Lei 10.639/03, sancionada pelo presidente Lula em 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e da História do Negro e da Cultura Afro brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, públicos e privados, ancorados nas Diretrizes Curriculares nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação;
3. Promover ações articuladas pelos Estados para ampliar as secretarias estaduais de combate ao racismo;
4. Dar sustentação política aos parlamentares do PT e preparar os movimentos sociais para debater o

- 
- 5b Estatuto da Igualdade Racial, a Lei das Cotas e a implementação das Ações Afirmativas, a fim de garantir sua efetivação;
 5. Estabelecer interlocução direta e efetiva com a SEPPIR para contribuir na construção de estratégias regionais de combate ao racismo;
 6. Propor e orientar a formação de quadros negros e negras para direção do partido, governos e legislaturas petistas;
 7. Apoiar a mobilização para demarcação de terras quilombolas;
 8. Acrescentar ao modo petista de governar e legislar o valor democrático de inclusão sócio-racial com a criação de Secretarias de Estado e Secretarias Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a missão de formular, acompanhar, planejar, promover e participar de diretrizes e metas do governo federal;
 9. Apoiar os parlamentares, governantes e gestores públicos petistas que acompanham a Implementação da política Nacional de Saúde da População nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde;
 10. Sensibilizar e garantir o apoio dos deputados federais petistas pela aprovação de Projetos de Lei (PL) que visam fortalecer o protagonismo negro, como: Lei de Cotas, PL 73/1999; o Estatuto da Igualdade Racial, PL 3198/2000 e PL 6264; o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, PEC 536/2006; Feriado Nacional - que institui o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra em Feriado Nacional. Data em que se comemora o herói nacional Zumbi dos Palmares e 25 de Julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Afro Caribenha; PL João Cândido.

Protagonismo da Juventude Negra

1. Investir na mobilização política das lideranças negras jovens do PT que lutam pelo combate ao racismo.
2. Priorizar a interlocução com a juventude negra, movimentos Hip Hop, estudantil, popular e GLBTT e pessoas com deficiência;
3. Fortalecer a juventude negra petista nos espaços de articulação política, dialogando com as organizações do Movimento Negro e garantindo a presença da JN 13 nos espaços de participação política do partido.
4. Estimular a criação de núcleos de informação que possibilite à população negra acesso aos conhecimentos necessários para se apropriar das tecnologias e fazer uso delas para o próprio desenvolvimento.

NOTAS

⁵ Marilena Chauí – *Violência, Racismo e Democracia*; texto disponível no site do PT (consulta feita em março de 2008).

⁶ Ianni, Octávio ... (et. al) – *“O Negro e o Socialismo – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005 – (Coleção Socialismo em Discussão)”*.

⁷ *Discurso do presidente Lula na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no Palácio do Planalto, em 21 de março de 2003.*



RESOLUÇÕES DO SETORIAL NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO APROVADAS PELO DIRETÓRIO NACIONAL

- Resolução da posição da Executiva Nacional ou Diretório Nacional em relação à pauta e aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.
- Resolução da posição da Executiva Nacional ou Diretório Nacional em relação ao Decreto 4887 que trata da titulação das terras Quilombolas.
- Resolução da posição da Executiva Nacional em relação à ação de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal sobre a titulação das terras quilombolas.
- Resolução da Executiva para autodeclaração de raça/ etnia no PED.
- Resolução da Executiva para realização de campanha nacional que possibilite a visualização da militância negra no partido.

COLETIVO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO



Maria Aparecida da Silva Abreu – RJ
Secretária Nacional de Combate ao Racismo

Almir Rodrigues da Mata – GO
Andréia Dias – AP
Célia Gonçalves de Souza – MG
Élcio Bragança – RJ
José Cláudio Silva Barreto – SE
Oswaldo Rafael Pinto Filho – SP
Pedro Cavalcante – PE
Raimundo Gonçalves dos Santos (Bujão) – BA
Rute Sales – RJ
Sueli Chan – SP
**Vera Gomes – Membro da Escola
de Formação do PT**

Suplentes

José Roque Guimarães Peixoto – BA
Jorge Teixeira Senna – RS
Ana Lúcia da Silva – MG

Secretários Estaduais de Setoriais de Combate ao Racismo

Adeildo Araújo Leite – PE
Antonio Borges – MS
Antonio Carlos Nascimento – ES
Ivonei Pires de Oliveira – BA
Jeovah Alves – GO
Raimundo Nonato (Chocolate) – MA
Edmoaldo Oliveira Santos – SE
Cláudio A. da Silva – SP
Reginete Souza Bispo – RS
Elmir Braz Alves Mota – MG
José Luiz Germano da Silva – RJ

PRINCIPAIS LINKS

Patrimônio cultural afro-brasileiro

Ministério da Cultura
www.cultura.gov.br

**Secretaria Especial dos Direitos
Humanos**
www.presidencia.gov.br/sedh

**Secretaria Especial de Políticas de
Promoção da Igualdade Racial**
www.presidencia.gov.br/seppir

Ministério da Educação
www.mec.gov.br

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**
www.mda.gov.br

**Instituto Nacional de Colonização
e Reforma Agrária**
www.incra.gov.br

Secad
www.secad.to.gov.br

Unicef
www.unicef.org/brazil

Ipea
www.ipea.gov.br

Unifem
www.unifem.org.br

IBGE
www.ibge.gov.br

Dieese

COM TEMÁTICA RACIAL

Centros de pesquisa e núcleos de estudos afro-brasileiros

Alagoas

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
www.neab.ufal.br

Amazonas

Universidade do Estado do Amazonas
www.uea.edu.br

Bahia

Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA)
www.ceao.ufba.br

Distrito Federal

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília (UnB)
www.unb.br

Goiás

Programa Passagem do Meio da Universidade Federal de Goiás (UFG)
www.ufg.br

Maranhão

Centro de Ciências Humanas do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
www.ufma.br

Mato Grosso

Comissão para Elaboração do Programa Institucional Cores e Saberes da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat)
www.unemat.br

Mato Grosso do Sul

Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
www.uems.br

Minas Gerais

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
www.ufmg.br
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
www.uemg.br

Pará

Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA)
www.ufpa.br/naea

Paraná

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
www.neab.ufpr.br
Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
www.uel.br

Rio de Janeiro

Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira da Universidade Federal Fluminense (UFF)
www.uff.br
Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira da Universidade Estadual do

Rio de Janeiro

www.uerj.br

Rio Grande do Sul

Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
www.ufrgs.br/alaspoa
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
www.ufsm.br

Santa Catarina

Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
www.ufsc.br
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
www.udesc.br

São Paulo

Núcleo de Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo (NEINB/USP)
www.usp.br
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
www.ufscar.br
Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP)
www.unesp.br/nupe
África na Escola
www.africanaescola.com.br

COM TEMÁTICA RACIAL

Centros de pesquisa e núcleos de estudos afro-brasileiros



© Publicação do Partido dos Trabalhadores
novembro de 2009

Presidente

Ricardo Berzoini

Comissão Executiva Nacional

Aloísio Mercadante, Arlete Sampaio,
Cândido Vaccarezza, Carlos Árabe, Cida Abreu, Fátima Cleide,
Gleber Naime, Humberto Costa, Iriny Lopes, João Felício,
Jorge Coelho,
José Eduardo Cardoso, José Mentor, Júlio Barbosa, Laisy
Morière, Marco Aurélio Garcia, Maria do Carmo Lara, Maria
do Rosário, Marinete Merss, Morgana Eneile, Paulo Ferreira,
Paulo Frateschi, Renato Simões, Romênio Pereira, Severine
Macedo, Valter Pomar

Secretário Nacional de Comunicação

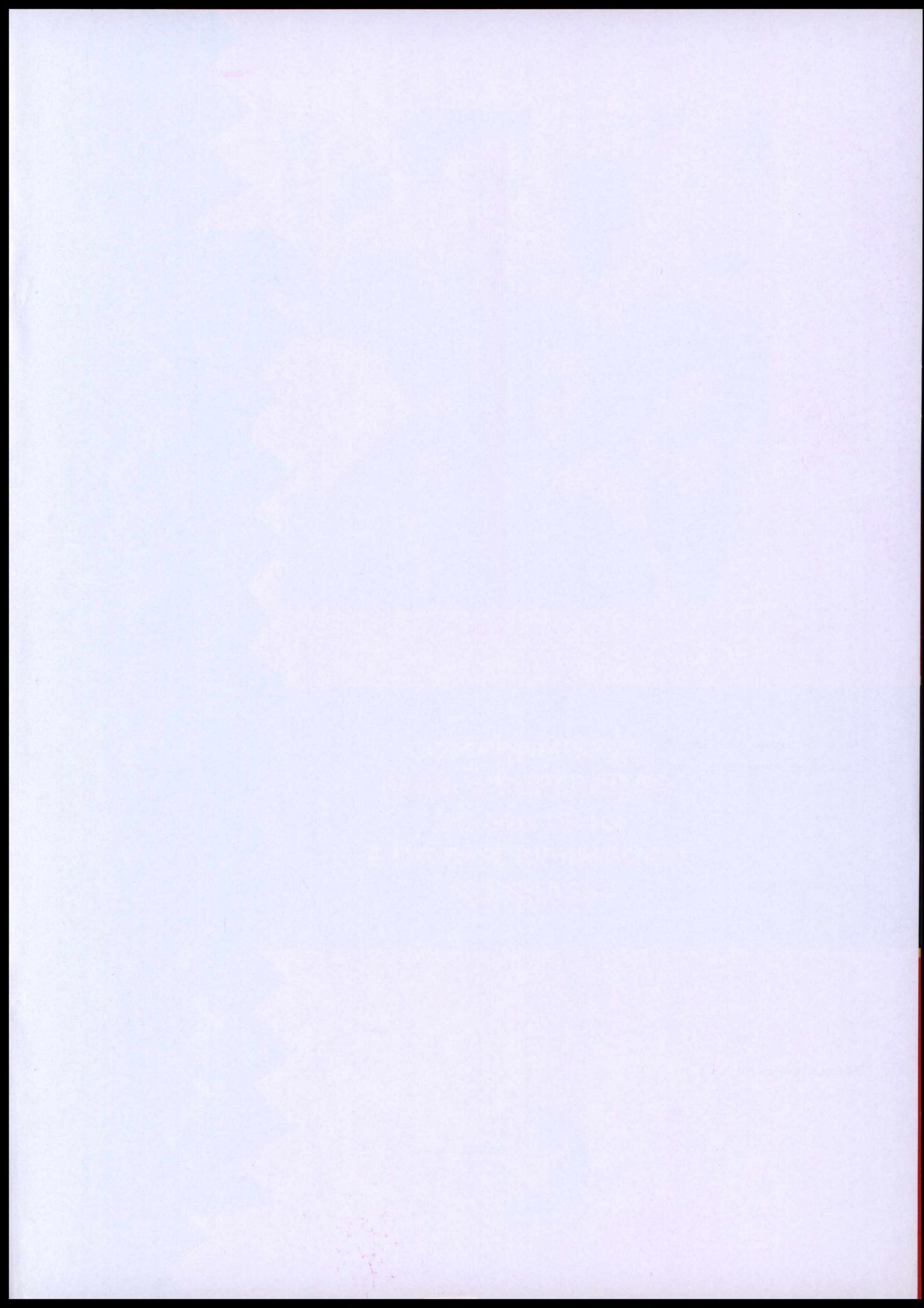
Gleber Naime

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Cida Abreu

Projeto Gráfico e editoração

Lavoro C&M





**PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETÓRIO NACIONAL**

SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

www.pt.org.br

Brasília
Setor Comercial Sul
Quadra 2 – Bloco C – Edifício Toufic – 1º andar
CEP: 70302-000
Telefone: (61) 3213-1313

São Paulo
Rua Silveira Martins, 132 – Centro
CEP: 01019-000
Telefone: (11) 3243-1313